



# Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz-zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-ko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

RESOLUÇÃO N° 009/93

DATA: 16 de agosto de 1993.

SÚMULA: Aprova relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 78.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Colombino Grassano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernani Pudell, Eurides Moura, João Preis, Namir Piacentini e Neivo Beraldin (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N° 3012

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que a partir da presente data, passo a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento renovo os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

OFÍCIO N° 541/93

Curitiba, 19 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa augusta Assembléia Legislativa para à sua douda apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1° de agosto de 1993, conforme tabelas que constituem os anexos I e II.

Tenha-se em conta, Excelência, que as tabelas de vencimentos dos quadros do Poder Judiciário não foram ajustadas no curso dos dois últimos meses, ao contrário do que se deu no âmbito do Poder Executivo e, também, que as tabelas relativas aos vencimentos dos cargos em comissão e do valor das funções gratificadas objeto da presente proposta são equivalentes às dos demais poderes.

Frise-se, por derradeiro, que as perdas salariais do pessoal deste poder, como decorrência do processo inflacionário em que está mergulhado o País, são notórias e se acentuam à falta de uma política salarial definida e capaz de adequar-se às exigências da atual conjuntura.

Certo de que o anteprojeto receberá da parte de Vossa Excelência e de seus nobres Pares a atenção que merece e sua necessária aprovação, aproveito-me desta oportu-

nidade para renovar-lhe as expressões do mais alto apreço.

Respeitosamente,

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de agosto de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em julho de 1993, ficam a partir de 1º de agosto de 1993, reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados a partir de 1º de agosto de 1993, no mesmo percentual dos valores dos níveis de vencimentos constantes das tabelas de que trata o artigo 1º desta Lei, os valores das gratificações de produtividade.

Art. 3º - Os valores dos vencimentos relativos aos cargos em comissão e funções gratificadas ficam reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo II da presente Lei.

Art. 4º - Ficam, também, reajustados os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, na mesma proporção dos reajustes dos valores de que tratam as tabelas do artigo anterior.

Parágrafo Único - As gratificações previstas no Decreto nº 4.905 de 12 de março de 1982 e que não encontram correspondência nas referidas no "caput" deste artigo, ficam reajustadas pela menor proporção aplicada nas Tabelas do Anexo II.

Art. 5º - O valor do salário família por dependente legal fica fixado em CR\$ 84,62 (oitenta e quatro cruzeiros reais e sessenta e dois centavos).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19.08.93.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

## ANEXO I

TABELA I

### CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
1	21.873,12
2	20.560,64
3	19.248,35
4	17.935,85
5	16.623,71
6	16.066,94
7	14.951,44
8	11.468,29
9	10.392,97
10	9.318,12
11	8.242,45
12	7.167,47

TABELA II

### ASSESSORES JURÍDICOS CARGOS EFETIVOS

CLASSE	VALOR
I	28.846,05
II	27.137,31
III	25.384,40

TABELA III

### SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

NÍVEL	VALOR
1	32.809,18
2	30.840,51
3	28.872,15
4	26.903,47
5	24.935,22
6	24.100,10
7	22.426,80
8	16.310,24
9	14.780,87
10	13.252,21
11	10.095,13
12	9.489,38
13	8.883,71

TABELA IV

### TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELA III

NÍVEL	VALOR
1	32.410,21
2	29.461,64
3	26.782,07
4	24.346,54
5	22.133,80
6	18.445,65
7	15.371,33
8	13.010,00
9	10.842,02
10	9.426,43
11	8.197,31
12	7.720,01

FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	773,99
2-F	657,04
3-F	579,38
4-F	465,07
5-F	425,03

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
GABINETE  
OFÍCIO N° 615/93

Curitiba, 20.08.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Anteprojeto de Lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a vigor a partir de 1° de agosto de 1993.

No ensejo desta oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

(a) LUIZ CARLOS DELÁZARI  
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em julho de 1993, ficam a partir de 1° de agosto de 1993, reajustados na forma da Tabela que constituiu o Anexo Único desta lei.

Art. 2° - Fica assegurada, aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a remuneração mínima de CR\$ 13.662,52 (treze mil, seiscentos e sessenta e dois cruzeiros reais e cinquenta e dois centavos), desde que, após a aplicação do disposto no artigo anterior, a remuneração não alcance o limite ora estabelecido.

§ 1° - Para fins de apuração mínima estabelecida neste artigo, serão excluídos os valores referentes à hora-extra.

§ 2° - O valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será pago na forma de abono.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1993, revogadas as disposições em contrário.

TABELA V

TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO  
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO  
TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	VALOR
1	24.324,41
2	23.165,66
3	22.063,12
4	21.012,31
5	20.011,63
6	19.237,16
7	18.049,40
8	16.822,01
9	16.405,12
10	14.913,67
11	13.557,80

ANEXO II

TABELA I  
CARGOS DE DIREÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	31.407,09
DAS-2	28.065,22
DAS-3	26.060,26
DAS-4	22.536,89
DAS-5	20.508,54

TABELA II  
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	13.235,01
2-C	12.223,19
3-C	11.283,31
4-C	10.422,15
5-C	9.796,82
6-C	9.209,01

## ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

VIGENCIA: AGOSTO DE 1993

## TABELA DE VENCIMENTOS

NIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
....1....	62.459,20	64.957,57	67.555,87	70.258,11	73.068,43	75.991,17	79.030,81	82.192,05	85.479,73	88.898,92	92.454,88
....2....	51.336,91	53.390,39	55.526,00	57.747,04	60.056,92	62.459,20	64.957,57	67.555,87	70.258,11	73.068,43	75.991,17
....3....	42.195,20	43.883,01	45.638,33	47.463,86	49.362,41	51.336,91	53.390,39	55.526,00	57.747,04	60.056,92	62.459,20
....4....	34.681,38	36.068,63	37.511,38	39.011,83	40.572,31	42.195,20	43.883,01	45.638,33	47.463,86	49.362,41	51.336,91
....5....	24.500,54	25.400,56	26.499,79	27.559,78	28.662,17	29.008,66	31.001,00	32.241,04	33.530,68	34.871,91	36.266,79
....6....	20.137,66	20.943,17	21.780,89	22.652,13	23.558,21	24.500,54	25.400,56	26.499,79	27.559,78	28.662,17	29.008,66
....7....	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66	20.943,17	21.780,89	22.652,13	23.558,21	24.500,54
....8....	13.604,28	14.148,45	14.714,39	15.302,97	15.915,08	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66
....9....	20.137,66	20.943,17	21.780,89	22.652,13	23.558,21	24.500,54	25.400,56	26.499,79	27.559,78	28.662,17	29.008,66
....10....	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66	20.943,17	21.780,89	22.652,13	23.558,21	24.500,54
....11....	13.604,28	14.148,45	14.714,39	15.302,97	15.915,08	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66
....12....	11.181,73	11.629,00	12.094,16	12.577,92	13.081,04	13.604,28	14.148,45	14.714,39	15.302,97	15.915,08	16.551,69
....13....	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66	20.943,17	21.780,89	22.652,13	23.558,21	24.500,54
....14....	13.604,28	14.148,45	14.714,39	15.302,97	15.915,08	16.551,69	17.213,76	17.902,31	18.618,40	19.363,13	20.137,66
....15....	11.181,73	11.629,00	12.094,16	12.577,92	13.081,04	13.604,28	14.148,45	14.714,39	15.302,97	15.915,08	16.551,69
....16....	9.190,56	9.558,19	9.940,52	10.338,14	10.751,66	11.181,73	11.629,00	12.094,16	12.577,92	13.081,04	13.604,28

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O Deputado, subscritor do presente, vem oferecer a indicação do Bloco Parlamentar Independente às Comissões a seguir enumeradas:

01. Comissão Especial para Estudos da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná: DEP. VALDIR ROSSONI
02. Comissão Especial para Estudos de Questões Relativas à Participação Municipal no ICMS: DEP. NELSON JUSTUS
03. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Mensalidades Escolares: DEP. NELSON JUSTUS
04. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Invasões Agrícolas e Urbanas: DEP. VALDIR ROSSONI
05. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Evasão Tributária referente à atividade Petrolífera: DEP. HEINZ HERWIG.

Sendo o que cumpria para a oportunidade, reitera a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 3006**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja considerado em regime de urgência o Projeto de Lei Complementar n° 380/93, que altera a redação do inciso III, do Art. 10, da Lei Complementar n° 14, com suas alterações posteriores.

Requer, outrossim, sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária de amanhã, dia 23 de agosto, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO N° 3008**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, justificativas no sentido de que sejam abonadas suas faltas nos dias 23, 24, 25 e 26 do corrente mês, nas sessões Plenárias, motivado por convites para solenidades em vários municípios da região que represento.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) EURIDES MOURA

**REQUERIMENTO N° 3007**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

**Curitiba, segunda, em 23.08.93**

REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 400/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 40/93, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de sua propriedade à entidade que especifica.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 3025**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Régimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 400/93, Mensagem Governamental n° 040/93.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) RENATO ADUR

**REQUERIMENTO N° 3026**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 386/93, que altera e acresce a Lei Estadual n° 8.933, de 26/01/93.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

**REQUERIMENTO N° 3027**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 062/93, de sua autoria, que cria o Município de Espigão do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O referido Projeto encontra-se instruído com todos os documentos exigidos pelas normas legais que regulamentam a matéria, razão pela qual entendemos deva prosseguir em seu trâmite nesta Casa, conforme dispõe o Regimento Interno.

**REQUERIMENTO N° 2992**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e arquivamento do Projeto de Lei n° 303/93, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LUTZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que o requerimento protocolado sob n° 8718 em data de 12 de agosto do corrente, tenha número de membros alterado de 5 (cinco) para 9 (nove).

Termos em que

Espera deferimento

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2983

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, da seguinte proposição:

"Conforme divulgado pela imprensa (cartaz em anexo), no próximo dia 29, no Círculo Militar do Paraná deverá ser apresentado espetáculo envolvendo um "vale tudo", entre academias rivais de luta livre e marciais.

O País todo vem acompanhando com apreensão os violentos acontecimentos de Brasília, onde, alunos de academias rivais se defrontam em lutas sangrentas que, no último dia 10 culminaram com a morte do jovem Marco Antonio de Velasco e Pontes. São verdadeiras gangues que praticam toda sorte de violências. Aqui em Curitiba, de acordo com os Presidentes das Federações de Copoeira e Artes Marciais, "o desafio" entre as academias teve origem em brigas de alunos das mesmas.

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Paraná, não podemos aceitar que essa prática selvagem venha a se tornar comum, como em Brasília, razão pela qual requeremos dessa digna autoridade que determine todas as providências cabíveis para verificar as condições em que se travará o "desafio". Assim como se verifique em que base legal foi concedida para a realização do espetáculo público de lutas marciais sem normas e sem disciplina, onde "vale tudo".

Outrossim, solicitamos que as autoridades da Segurança Pública verifiquem

quais os motivos que impedem as filmagens e divulgação aberta do espetáculo de violência física.

Finalmente, apelamos à Segurança Pública do Estado, que, dentro dos meios legais, impeça, todo e qualquer evento destinado a promover a cultura da morte, da violência e da brutalidade.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2984

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER o encaminhamento da proposição em anexo, ao Sr. Presidente do Círculo Militar do Paraná.

A proposição tem por fim apelar para que aquela Diretoria reveja o contrato de uso do ginásio do Clube para realização de desafio entre academias de artes marciais, evitando com isso, espetáculo de violência e até possíveis mortes de jovens participantes dos combates.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, me dirijo a Vossa Senhoria que seja revisto o contrato de uso de ginásio desse Clube, para realização no próximo dia 29, de espetáculo de luta marcial.

Conforme deixa clara a propaganda constante de cartaz espalhado pela Cidade, será uma luta, ou desafio onde "vale tudo". Ou seja, sem normas e disciplina que regulam esse tipo de arte que tem por objetivo a defesa e não o combate fraticida. Como vem ocorrendo na Capital Federal, com registro recente da morte de um jovem de 16 anos, proveniente do espancamento selvagem por parte de alunos de academias de artes marciais.

Apelamos à Diretoria desse clube, tradicional e conservador dos valores da família, para que evite um tal espetáculo de violência e brutalidade, que apenas poderá trazer exemplos negativos à nossa juventude já tão carente dos valores morais e humanos.

REQUERIMENTO N° 2985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a V. Exa. que se digne justificar a diferença existente entre o menor salário pago pelo Governo do Estado (CR\$ 7.887,10 - conforme Decreto Governamental n° 2.448, Art. 5°, que diz, textualmente, "fica assegurada aos servidores públicos ativos e inativos,

a partir de 1° de julho de 1993, a remuneração mínima de CR\$ 7.887,10 e, a partir de 1° de agosto de 1993, de CR\$ 9.464,52") e aquele pago a nível 01, neste Poder Legislativo, de CR\$ 4.897,69, no mês de julho p.p.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, João Iensen, Luiz Carlos Zuk, Rossoni, Djalma de Almeida César, Renato Adur, Plauto Miró Guimarães, Algaci Túlio, Alceu Swarowski, Nereu Alves de Moura, Cezar Silvestri, Emilia Belinati, Heinz Herwig, Dalton Machuca, Élio Rusch, Basílio Zanusso, Toti Colaço e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Embora não se possa elogiar a remuneração mínima paga pelo Governo do Estado (CR\$ 7.887,10, em julho), que fica muito aquém do necessário para um trabalhador, a quantia paga por esta Assembléia Legislativa ao nível 01 (CR\$ 4.897,69), estranhamente, chega a pouco mais de metade daquele valor, o que não se justifica diante da Lei de "isonomia" salarial, há pouco sancionada.

REQUERIMENTO N° 3044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das proposições n° 029 e 036/93 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3014

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, no uso de suas atribuições regimentais e, considerando que neste mês de agosto tem início o calendário cívico relacionado com a emancipação política do Paraná - dado que a Lei n° 704, do Império, criando a Província, foi promulgada por D. Pedro II em 29 de agosto de 1853 - REQUEREM seja a sessão ordinária de 30 do corrente transformada em Sessão Especial de Lançamento das Comemorações dos 140 anos do Paraná.

Para o evento, os órgãos técnicos desta Casa estão organizando programação apropriada, em conjunto com autoridades estaduais e a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(aa) ORLANDO PESSUTI

ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3002

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 23.08.93

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Romeu Woytowicz, ocorrido em Ponta Grossa, dia 14 de agosto.

Pessoa de grande prestígio, que com certeza deixará saudades, tanto na família como na sociedade pontá-grossense.

Olhava pelo irmão desamparado, e preocupava-se com a situação miserável dos mesmos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, à família enlutada, residente à Praça Duque de Caxias, 52, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3003

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Said Ajuz, ocorrido dia 15 de agosto, em Ponta Grossa.

Pessoa de grande personalidade, que com seu passamento, deixará grande saudade tanto na família como na sociedade pontá-grossense.

Fazia esforço para que a Cidade de Ponta Grossa progredisse dando assim, melhores condições de vida para todos os pontá-grossenses.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Benjamin Constant, 641, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Fernando Lopes Quintas, ocorrido no dia 17/08/93, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Fernando Lopes Quintas foi daqueles parnanguaras que através de uma vida dedicada à medicina honrou as tradições e admiração, que todos temos por aquela cidade litorânea.

Formado em medicina pela Universidade Federal do Paraná, fez da profissão um apostolado, dedicando aos serviços humanitários do setor da saúde.



Guaíra e toda aquela região do Oeste do Paraná.

Faleceu aos 58 anos, deixando viúva a Sra. Altair Lopes Quintas e duas filhas Andréa e Adriane.

Requer outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 3051

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Evaldo Henrique Schroeder, ocorrido em Ponta Grossa, dia 11 próximo passado.

O Sr. Evaldo era casado com a Sra. Eliza Schroeder, tinha oito filhos.

Pessoa de grande personalidade, que com seu óbito, deixará muitas saudades na família e na sociedade pontagrossense.

Possuía grande caráter e estima na cidade de Ponta Grossa, onde preocupava-se com o irmão desamparado.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome de sua esposa e filhos, à Rua Barrão Capanema - 886, Bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3053

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico Egas Izique.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O médico Egas Penteado Izique, 69 anos, era das pessoas mais conceituadas da nossa sociedade. Especialista em cirurgia do aparelho digestivo, dedicou-se humanitariamente ao atendimento de pessoas carentes, dispensando tratamento dedicado e atencioso a todos indistintamente.

Deixando viúva Dona Lenita Penteado Izique, o Doutor Egas foi um grande exemplo de cidadão, profissional e pai de família. Seu passamento entristece toda a sociedade paranaense, mas especialmente àquelas que aprenderam a admirá-lo por sua retidão de caráter e grande espírito humanitário.

Ao descansar do patriarca, receba a família enlutada os mais sinceros votos de pesar deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 2990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, consignação de Votos de Congratulações ao Jornal Estado do Paraná, pelo lançamento de um caderno semanal, denominado Espaço Internacional, voltado para a divulgação de notícias do Mercosul e do Comércio Exterior em geral.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, votos de congratulações e cumprimentos ao jornalista Calil Simão pelo transcurso dos 35 Anos de Jornalismo Diário, no dia 20 de agosto de 1993.

Nascido na capital de São Paulo, Calil Simão é membro de tradicional família paranaense. Filho de Rezala Simão e de Rosa Simão, teve em seus pais o grande exemplo da luta e amor pela nossa terra, que pelo destaque que tiveram, hoje, emprestam seus nomes a ruas de nossa Curitiba.

Calil Simão, trabalhou em vários jornais do Paraná, começando no Diário da Tarde e, posteriormente, no Diário Popular e no Correio do Paraná. Atualmente, desenvolve suas atividades profissionais no Jornal Indústria e Comércio.

Fundou várias publicações e revistas e é o atual Diretor Presidente da Revista Success, que tem circulação mensal dirigida a todo o Brasil.

Quando surgiu a televisão no Paraná, em 1960, Calil Simão teve o 1° Programa Social apresentado pelo Canal 12.

Cidadão Honorário do Paraná, com o seu trabalho, dinamismo e amor muito tem contribuído para a divulgação da nossa terra dentro do querido Brasil.

Homem humano, solidário e sensível Calil Simão muito tem trabalhado em benefício de iniciativas filantrópicas.

Pelo profissionalismo, dedicação e amor com que, dia-a-dia, há 35 anos, Calil Simão desenvolve seu sagrado trabalho jornalístico, não poderia este parlamentar deixar de apresentar esta proposição.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, pela decisão corajosa e oportuna

para a retomada das obras de duplicação da BR-376, no trecho Curitiba-Garuva.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

A Assembléia Legislativa, contribuiu com a sua parte, aprovando em tempo recorde a mensagem governamental que autorizou a venda das ações da TELEPAR, para que estes recursos fossem aplicados na duplicação da rodovia BR-376, trecho Curitiba-Garuva, conhecida como "Rodovia da Morte", pelo grande número de acidentes no referido trecho.

Agora, o Senhor Governador Roberto Requião tomou a iniciativa com a decisão corajosa e oportuna, determinando o início imediato das obras de duplicação que é recebida, por todos os segmentos da sociedade paranaense, com grande euforia.

O Paraná não se conformava com a paralisação das obras de duplicação da BR-376, porque estamos assistindo diariamente o agravamento do problema com o alto volume de tráfego de veículos transportando a riqueza do país, continuando ceifando vidas, inclusive aumentando os prejuízos com a paralisação dessas obras que são incalculáveis, agitando a vida econômica e social de toda a região sul.

O Estado do Paraná assume, agora, a responsabilidade das obras da rodovia que embora seja Federal é de fundamental importância para o nosso Estado que aplaudiu a ação firme e determinada do Governador Roberto Requião.

As dificuldades, como sabemos, são enormes, contudo diante da comprovada sensibilidade do Senhor Governador estamos todos confiantes de que poderemos reverter este quadro em curto espaço de tempo, superando o desafio.

**REQUERIMENTO N° 2995**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de votos de congratulações, pelo transcurso do Aniversário de Emancipação Política do município de Assis Chateaubriand, que se dará em 20 de agosto do corrente ano.

REQUER, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) NILTON BARBOSA.

**REQUERIMENTO N° 2998**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

**Curitiba, segunda, em 23.08.93**

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de Voto de Congratulações ao Conselho Estadual da Condição Feminina, em virtude da realização do Encontro Estadual de Vereadoras, Prefeitas e Vice-Prefeitas, realizado nesta Casa, na data de hoje.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 3000**

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Prefeito Municipal de Castro e ao Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, pelo Sucesso da 1.<sup>a</sup> EFAPI - Exposição Feira Agropecuária e Industrial dos Campos Gerais, realizada no Parque de Exposições Dario Macedo, na cidade de Castro.

A exposição que se estendeu de 11 a 15 de agosto teve diversificadas atrações, dentre as quais estão a exposição dos animais, apresentação de fanfarras, shows artísticos, campeonatos e muito mais.

Esperamos que o sucesso da 1.<sup>a</sup> EFAPI, venha a estimular a criação de novas exposições, e que a cada ano tenhamos novamente a EFAPI, tornando-se uma festa pioneira nos Campos Gerais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Castro, Sr. Rivadavia Menarim, e ao Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, Sr. Miguel de Paula Xavier Neto.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 3001**

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao América Pontagrossense Futebol Clube, por ter conquistado o tetracampeonato amador/93.

O título conquistado de forma quase invicta, foi pela quarta vez consecutiva merecido pelo América, que jogou com Marquinhos, Serginho, Toninho, Oromar e Bata-ta, Valmir Oliveira (Emerson Teixeira), Roloff e Joélcio, Lelo (Márcio Ribeiro), César Barbosa e Nilson Técnico Luiz Carlos Macedo, massagista Darci Inglês, preparador físico Zequinha, Diretor de Esportes Altair Elias do Nascimento Diretor de Futebol de Campo Bruno Misiak, presidente Valmir Magagnin.

REQUER ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência a todos os jogadores, presidente e comissão técnica do América Pontagrossense Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 3005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Colégio Sagrada Família, pelo lançamento do livro "Recordações da maior família que já tive".

O livro em sua 6.<sup>a</sup> edição, é uma coletânea de trabalhos produzidos durante um ano, pelos alunos da escola. O trabalho é orientado e supervisionado pelo professor Odair Pasqualini, da disciplina de Língua e Literatura Portuguesa.

O livro envolve a participação de alunos desde o Jardim de Infância até o 2º grau, compreendendo desenhos e produção de textos, relacionados a crônicas, poesias e frases. Os trabalhos foram realizados a nível de sala de aula, como exercícios de redação sendo selecionados os 40 melhores entre todas as turmas.

O tema central para o desenvolvimento dos textos foi "Sagrada Família - Uma emoção muito particular."

Colaboraram para a realização do trabalho, as professoras Soeli Ferreira, Carina Roth, Mirian Vaz Herrera, Eliane Terzinha Vicari, Maria B. Ferreira e Ana Maria L. Pinto.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência às professoras acima citadas, bem como ao professor Odair Pasqualini, e a Diretora do Colégio Irmã Edites Bet, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

## REQUERIMENTO N° 3009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de Congratulações ao Prefeito Municipal, à Câmara do município, extensiva a toda população ordeira e trabalhadora de Cruzeiro do Oeste, pelas comemorações do 41º Aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) EURIDES MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem a finalidade de homenagear o povo ordeiro e trabalhador que no dia-a-dia constrói a Cruzeiro do Oeste progressista e pujante.

Suas raízes demonstram a integridade dos pioneiros, a vocação agrícola e o trabalho dedicado de um povo voltado para conquistas. Sendo assim Cruzeiro do Oeste aos 41 anos desponta alviçareira para o renascer de uma esperança de dias cada vez melhores.

## REQUERIMENTO N° 3048

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Panathlon Club, pela criação de sua primeira sede no Paraná, na Cidade de Ponta Grossa.

Surgido há trinta anos, em Veneza na Itália, o panathletismo é difundido hoje em dezenas de países.

Fundamentalmente, o Panathlon Club, é uma entidade cultora de amizade entre os seus membros e esportistas em geral, um clube de idéias que tem por bandeira o ideal esportivo, que procura desenvolver de forma aguerrida.

O Panathlon debate temas de interesse mundial, sendo que todos os anos acontece uma convenção internacional de Presidentes, geralmente num país europeu, onde são apresentadas as conclusões regionais.

Sob o lema "Ludis Lumgit" (O esporte une), o Panathlon Club constitui um clube de serviços de âmbito internacional, agregando esportistas com um espírito de comunidade.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 3049

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações, à Softsell - Comércio de Sistemas Eletrônicos Ltda, de Curitiba, pelo grande apoio Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela empresa norte-americana Novell Inc. empresa norte-americana Novell Inc.

O Software Gerenciador de Microcomputadores Netware 3.11 para 100 estações de trabalho, é um equipamento avaliado em 7 mil dólares.

O proprietário da Softsell, afirmou que faz parte dos interesses da empresa em promover essa integração com as instituições de ensino e a comunidade em geral, visando oferecer essa transferência de tecnologia hoje e no futuro.

Esse Software permite a utilização da informática de forma mais harmônica, fazendo com que a comunidade acadêmica se beneficie com a prática de um modelo atualizado.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 3050

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Presidente da República, o aos Ministérios

do Bem-Estar Social, pela doação de 120 toneladas de feijão para os carentes da cidade de Ponta Grossa.

As 120 toneladas estão depositadas nos armazéns da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) em Ponta Grossa, e faz parte do Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos à população carente.

Para a distribuição desse alimento às famílias carentes, valerá o credenciamento que já está sendo feito dentro do esquema da frente de solidariedade ALIMENTO JÁ.

Esta doação foi um ato de grande solidariedade aos irmãos famintos, que com certeza agradecerão esta e outras doações.

Sala das Sessões, em 23.08.93

#### REQUERIMENTO N° 3052

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações Doutora Saly Bugmann Moreira e ao Doutor Hamilton Moreira, pelo lançamento do livro "Lentes de Contato", realizado no dia 14 de agosto próximo passado, nesta capital.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Médicos do maior gabarito, Saly Bugmann Moreira e Hamilton Moreira integram família de grande tradição no campo da oftalmologia paranaense, projetando o nome do nosso Estado para todo o país.

O livro "Lentes de Contato", lançado no último dia 14 de agosto, além de ser matéria inédita na literatura médica brasileira, é resultado de muitos estudos e pesquisas dos doutores Saly Moreira e Hamilton Moreira realizados nos últimos anos.

Que o presente voto de congratulações represente os cumprimentos deste Poder ao trabalho profissional sério e dedicado de Saly e Hamilton Moreira e, ainda à publicação que ora trazem à sociedade e que se constitui em verdadeiro e importante serviço à ciência médica brasileira.

#### REQUERIMENTO N° 3055

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Povo pela conquista de Prêmio Qualidade (Prima Qualidade), conferido pela Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria - São Paulo, delegação do Paraná e pelo Centro Europeu.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A parceria entre a Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria, delegação do Paraná, e o Centro Europeu foi estabelecida para premiar as empresas e entidades que se destacam pela qualidade e é reconhecida como um incentivo para que empresários, representados pela Câmara e futuros profissionais, representados pelo Centro Europeu, busquem a qualidade como porta de entrada do Primeiro Mundo.

Ao conferirem o prêmio Qualidade à Gazeta do Povo, o Centro Europeu e a Câmara Italo-Brasileira reconhecem os bons serviços prestados pela Gazeta do Povo à população paranaense, no campo das comunicações. Ao propormos o presente voto de congratulações, queremos destacar e também reconhecer esse trabalho incorrigível do grande veículo de comunicações que é o jornal Gazeta do Povo.

#### REQUERIMENTO N° 3023

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações e muito aplauso ao eminente jurista e ex-presidente da OAB/PR, Doutor Antonio Alves Prado Filho, nomeado pelo Sr. Governador do Estado para a elevada função de Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Trata-se de uma feliz escolha, pois o mesmo é altamente qualificado e poderá desempenhar com grande brilhantismo esta nova função a que foi chamado para o bem comum de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, consubstanciado em solicitação, no sentido de que seja concedido isenção de ICMS nas saídas de ração para peixes, concentrados e suplementos.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) DUILIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a existência de uma considerável área alagada, sob a forma de açudes e viveiros situados em propriedades rurais, a região Oeste do Paraná principalmente, tem desenvolvido o cultivo extensivo e semi-intensivo de grande variedade de peixes em mono e policultivo. Aquela região e também o Estado num todo,

possui ainda inúmeras áreas com expressivo potencial hídrico que, racionalmente exploradas, permitem uma atividade organizada para a produção de pescado e a oferta à população de uma fonte alimentar de elevado nível protéico a custo reduzido.

Trata-se de uma atividade alternativa e diversificada, que poderá ainda mais contribuir se incentivada com a isenção do IOMS da ração usada para a engorda dos peixes, a exemplo do que ocorre com a ração para animais bovinos e suínos, aves e outros.

#### REQUERIMENTO N° 3004

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando que seja feito um acordo urgente entre a Secretaria de Educação e a Prefeitura de Ponta Grossa, sobre a municipalização do ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série naquela cidade.

Os prejudicados diretos da demora da municipalização são os alunos, que ficam envolvidos em meio a uma batalha, sem saber o que está acontecendo.

Por outro lado quem sairá perdendo é o 2° grau da cidade de Ponta Grossa, que não será ampliado pelo Governo Estadual, pois segundo ele Ponta Grossa não estaria gastando os 25% estipulados em lei para a educação.

A Prefeitura deve arcar com as despesas do ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série, e o governo de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série, mas se nada for feito ficará uma situação difícil.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 3024

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da rua Frederico Cantarelli, proximidades do n° 237, no Bairro do Bigorrilho, quanto ao abaixamento da pressão da tubulação do fornecimento de água. Os moradores afirmam que os canos de PVC foram colocados há dois meses, porém a pressão da tubulação continua muito forte, causando uma série de transtornos. Pedem urgência no atendimento, procurando-se evitar maiores prejuízos.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 3031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Est. Bento Munhoz da Rocha, do município de Paranaguá, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

#### REQUERIMENTO N° 3032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para o Colégio Est. Alberto Gomes Veiga, do município de Paranaguá, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

#### REQUERIMENTO N° 3033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Est. Arthur M. Ramos, do município de Paranaguá, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Rural Est. Osvaldo Cruz, do município de Mamborê, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para o Colégio Estadual João XXIII, do município de Mamborê, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Estadual Rui Barbosa, do município de Mamborê, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são

necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Rural Est. Princesa Izabel, do município de Mamborê, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Maurício Requião, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a DOAÇÃO para a Escola Estadual São Luiz Gonzaga, do município de Mamborê, de aparelhos de televisão, vídeo cassete, aparelho de som e computador, dentro dos métodos educacionais vigentes no Estado.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aparelhos solicitados são considerados, recursos didáticos que auxiliam os educadores na transmissão dos conteúdos programáticos. Esses métodos também são necessários aos educandos, para que realmente ocorra a assimilação de forma efetiva.

REQUERIMENTO N° 3039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, Elias Abrahão, solicitando a construção de um complexo escolar com, no mínimo, 10 salas de aula, dependências administrativas, sala dos professores, biblioteca, sanitários, cozinha, cancha, para funcionamento de escola de 1.ª a 8.ª série, na zona urbana do Município de Prudentópolis.

A solicitação em tela faz-se devido o

aumento significativo de alunos matriculados nas escolas urbanas, o que compromete a atual situação da rede oficial de ensino.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal - D.N.E.R. - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Celso Fernandes Ribeiro, para que seja feito estudos técnicos com a finalidade de se evitar alagamentos constantes, provocados por fortes chuvas, em virtude de que a galeria existente na BR-153, próximo ao trevo de Mallet, não suporta a vazão das águas pluviais, ocasionando sérios transtornos às residências e ao comércio da localidade.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, financiados pela Caixa Econômica Federal, iniciando pelos conjuntos que estão apresentando problemas de irregularidades como prestações altas, super faturamento de terrenos, e onde os mutuários estão sendo ameaçados de despejos. O Governo poderá designar o DECOM ou TECPAR para prestar este serviço sem ônus aos moradores destes conjuntos. Esta peritagem poderá servir de instrumento legal para ação judicial.

Sala das Sessões em 23.08.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Henrique Bona Turra.

#### JUSTIFICATIVA:

A realização da peritagem é necessária pelo fato das graves denúncias sobre super faturamento de terrenos, prestações altas, irregularidades na aquisição de terrenos e envolvimento das cooperativas habitacionais com empreiteiras.

O Secretário Estadual de Habitação, já no ano passado falava que 86% dos recursos oriundos da Caixa Econômica Federal em 1991 serviram às cooperativas e empreiteiras que constroem casas de 20 (vinte) metros quadrados a preços mais elevados do que as casas produzidas pelas prefeituras em parceria com a COHAPAR (Companhia de

No dia 16 de agosto do corrente/mutuários de dez municípios das regiões norte e noroeste do Estado impediram a abertura da agência da CEF em Mandaguari, protestavam porque estão sendo ameaçados de despejo nos conjuntos habitacionais da cidade e reivindicavam alterações no sistema de cobrança das prestações.

Os mutuários estão se mobilizando e pressionando mudanças, mas não possuem recursos para realizar peritagem e reverter esta situação, por isso é necessário que o Estado assuma este trabalho, contribuindo para que a população pressionando conquiste o direito de morar e pagar um valor justo.

#### REQUERIMENTO N° 3046

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Senhor Itamar Franco, Presidente da República, e ao Senhor Maurício Corrêa, Ministro da Justiça, solicitando apuração rigorosa dos episódios que provocaram a morte de dezenas de índios Ianomâmis e a punição dos responsáveis.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) DOUTOR ROSINHA,

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A situação dos índios brasileiros exige das autoridades uma posição firme e inequívoca. Centenas de pequenos incidentes têm se sucedido sem que medidas efetivas sejam tomadas para garantir a integridade física e cultural das populações indígenas. O recente massacre de dezenas de índios Ianomâmis é a consequência da ausência de uma política clara de garantia da vida dos índios no nosso empresariado e pela impunidade, geram conflitos violentos. Na imensa maioria dos casos são os índios os grandes prejudicados pela ganância e insensibilidade dos brancos. São freqüentes os comentários de governadores da região aonde estão localizadas as terras Ianomâmis desafiando as leis federais que regulamentam a posse da terra aos índios, indicando a convivência das autoridades com a brutalidade perpetrada contra os Ianomâmis.

A chacina de agosto tem precedentes importantes, como o massacre de Papiú em 1987, mas até hoje nenhum dos responsáveis - mandantes e executantes - foi julgado pelos crimes cometidos.

O Governo Federal deve agir com eficiência e rigor na apuração deste episódio.

#### REQUERIMENTO N° 3047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



REQUER envio de expediente ao Senhor Nizan Pereira de Almeida, Secretário de Estado da Saúde, solicitando cópia do processo n° 1.104.224/92.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3054

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário na sede da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Alto Planta Paraíso, à Rua Principal, número 22, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente, diante das grandes dificuldades atualmente enfrentadas pela população local, quando da necessidade de utilizar telefone público, principalmente em emergências, quando é preciso acionar Corpo de Bombeiros, ambulância, Radiopatrulha, entre outros.

REQUERIMENTO N° 2987

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado correspondência aos Exmos. Srs.:

- ROBERTO REQUIÃO

MD. Governador do Estado do Paraná

- JOSÉ MOACIR FAVETTI

MD. Secretário de Estado da Segurança Pública.

- MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI

MD. Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná,

solicitando dessas autoridades urgente solução para a cidade de Bandeirantes, visto que a Polícia Militar ali sediada não tem as mínimas condições de operacionalidade, em face de seus equipamentos e viaturas se encontrarem, a muito tempo, sucateados.

A população está temerosa, em virtude do aumento do índice de criminalidade.

É o nosso apelo em favor do povo de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A nossa justificativa consta da reportagem inserida na "Folha de Londrina", do dia 18 de agosto de 1993, página 3, do 2° Caderno, espelhando o estado de calamidade pública naquela Cidade, totalmente entregue aos marginais.

Recorte incluso.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 3041

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Secretário de Estado da Educação, Sr. Elias Abrahão e ao Diretor Presidente da Fundação Educacional do Estado do Paraná-FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, quanto às seguintes questões:

1 - De acordo com as normas adotadas pela Secretaria de Estado da Educação, a Prefeitura de Londrina solicitou a construção e reforma de diversas escolas naquele Município. Quais os pedidos que serão atendidos?

2 - Qual a previsão para o término de cada uma das obras, e quando as escolas passarão a funcionar?

3 - Qual o número de alunos que serão atendidos em cada uma delas?

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Paulo Maia, Algaci Túlio e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa elucidar as ações que serão desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação, no Município de Londrina.

Estas informações são necessárias para que os trabalhadores da área da educação e, principalmente, os moradores das regiões em que foram solicitadas as obras, organizem a demanda estudantil.

REQUERIMENTO N° 3011

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Legislativa, da matéria jornalística publicada pela "Gazeta do Paraná", às páginas 1 e 3 da edição de 13 de agosto de 1993 sob o título "Diretoria da Telepar é sindicato do crime".

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 422/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, com sede no Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Barbosa Ferraz, foi funda-



da em 1961, tendo como finalidade a proteção e assistência à maternidade e a infância em geral, zelando pela saúde, bem-estar e todas as necessidades das crianças e gestantes em especial.

O pedido de declaração de Utilidade Pública para a APMI de Barbosa Ferraz, torna-se necessário em razão das inúmeras atividades filantrópicas desenvolvidas pela entidade, principalmente no que se refere a higiene da maternidade e infância, proteção e assistência anterior e posterior ao parto; assistência médica à criança e gestante; assistência alimentar à criança e à gestante e ao lactente em estado de desnutrição e reconhecidamente pobre; proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem nas ruas; tratamento e educação das crianças portadoras de deficiência física, mental e social; divulgação e educação dos preceitos de higiene, puericultura e recreação; educação física dentre outras iniciativas sociais sempre com o objetivo de favorecer à maternidade e a infância.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio e conseqüente aprovação.

#### PROJETO DE LEI N° 423/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, fundada em 21 de setembro de 1988, constituída para fins de estudo, coordenação e proteção, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade comum e de sua subordinação aos interesses nacionais.

A proposta de declaração de Utilidade Pública a esta Associação, vem reconhecer o esforço de pessoas destinadas a realização de um trabalho harmônico e integrado, propiciando o bem-estar de seus associados e da coletividade.

Sendo assim, propomos o referido Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede e foro no município de Pinhão-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro dos problemas sociais, existentes em todos os municípios do nosso Estado, onde é necessário dar uma assistência integral às famílias carentes, foi idealizada a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Pinhão - APMI que nesses anos todos, desde sua fundação realiza um trabalho de atendimento a aproximadamente 120 famílias, e no seu programa de ação diária constam cursos de corte, tricô, bordados e confecções. Além disso, é realizada a manutenção de uma horta comunitária, e existem programas específicos para jardins de infância e idosos, buscando sempre os aperfeiçoamentos existentes nessas áreas. A APMI de Pinhão, consolida assim uma integração de todas as idades, e os resultados obtidos, demonstram perfeitamente que toda a comunidade está satisfeita, e a apresentação desse projeto de lei, qualifica a entidade, a obter maiores recursos a sua manutenção.

#### PROJETO DE LEI N° 425/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As empresas de ônibus concessionárias ou permissionárias de linhas intermunicipais no Estado do Paraná, deverão equipar seus veículos com bebedouros ou filtros de água potável, copos descartáveis e banheiro, desde que o percurso da linha seja superior a 100 km.

Art. 2° - No prazo máximo de dois anos contados a partir da publicação desta Lei, as empresas de ônibus deverão processar as mudanças determinadas no artigo anterior, sob pena de perderem suas concessões ou permissões junto ao Estado.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

Visto o preço elevado das passagens, significa uma medida de segurança indispensável em tempos de cólera. A água à disposição nos coletivos pode significar a hidratação imediata de alguém que comece a passar mal durante o trajeto, daí a necessidade da água num trajeto noturno do ôni-

Por outro lado, a medida que os coletivos sejam equipados com banheiro, estaremos evitando muitas vezes que uma pessoa infectada pelo vibrião cólera, mas que ainda não esteja manifestando sinais da doença, venha a contaminar a água de um município qualquer, a partir de dejetos deixados num vaso sanitário de um posto de gasolina.

Os banheiros internos de ônibus contêm substâncias químicas que decompõem por completo fezes, urina e vômitos, destruindo quaisquer tipos de bactérias ou protozoários. Desta forma, com certeza ficará seguro a utilização do banheiro do ônibus aos postos de parada.

PROJETO DE LEI N° 426/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica considerado de Utilidade Pública, nos termos da lei, o Asilo São Vicente de Paulo, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Fundado a 26 de setembro de 1926 o Asilo São Vicente de Paulo tem como finalidade única abrigar e amparar a velhice desamparada e/ou inválida, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, credo ou origem, desenvolvendo há 67 anos, portanto, atividades filantrópicas reconhecidas por toda comunidade paranaense e ponta-grossense, graças a manutenção e apoio que recebe de pessoas físicas, jurídicas, de órgãos de apoio e das autoridades constituídas. Isto garante a assistência integral prestada aos idosos desamparados, inclusive alimentação e teto, bem como a assistência médico-odontológica a 203 pessoas asiladas ou internos, e o conforto espiritual prestado pelas Irmãs de Caridade e pelos Sacerdotes da Paróquia de São José.

Reconhecido como entidade de Utilidade Pública Municipal em 6 de dezembro de 1963, e como Utilidade Pública Federal em 01 de fevereiro de 1973, a entidade não tem ainda seu reconhecimento a nível de Estado do Paraná, ao que exortamos aos nobres pares ante o mérito social da proposta, o apoio unânime, confiando em sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 427/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Califórnia, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Califórnia, Estado do Paraná.

A Associação foi fundada em 15 de maio de 1957, tendo por finalidade principal a assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça ou cor, condição social, crença religiosa ou política, na faixa etária de 00 à 14 anos de idade, educando-os e orientando-os com o fim específico de integrá-los a qualquer tempo à comunidade.

Exposto isto, e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual fora constituído, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com o apoio de seus pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 428/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede no Município de Barbosa Ferraz-PR.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.93.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Barbosa Ferraz, foi fundada em junho/92 é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, e tem por finalidade atender o grande número de portadores de deficiência física, mental ou sensorial.

O "excepcional" caracteriza-se pelo desvio para cima ou abaixo do nível médio dos indivíduos, em relação a uma ou várias características, de forma a constituir-se em um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento social.

A APAE através do trabalho que desenvolve no Município, procura manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados para tratamento, educação

cial dos excepcionais, desenvolvendo cultura especializada e treinando pessoal adequado para a execução do trabalho de educação da criança, adolescente e adulto excepcional.

É importante acrescentar que a APAE de Barbosa Ferraz, integra-se pela filiação, à Federação Nacional das APAE'S de quem recebe orientação, apoio e permissão para o uso dos símbolos e da marca registrada "APAE", a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete.

A documentação que instrui este Projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio.

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede no Município de Kaloré-PR.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Kaloré, foi fundada em 1967, tendo como finalidade a proteção e assistência à maternidade e infância em geral, zelando pela saúde, bem-estar e todas as necessidades das crianças e gestantes.

O pedido de declaração de Utilidade Pública para a APMI de Kaloré, torna-se necessário em razão das inúmeras atividades filantrópicas desenvolvidas pela entidade, principalmente no que se refere a higiene da maternidade e infância, proteção e assistências anterior e posterior ao parto; assistência médica à criança e gestante; assistência alimentar à criança e à gestante e ao lactente em estado de desnutrição e reconhecidamente pobre; proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem nas ruas; tratamento e educação das crianças portadoras de deficiência física, mental e social; divulgação e educação dos preceitos de higiene, puericultura e recreação; educação física, dentre outras iniciativas sociais sempre com o objetivo de favorecer à maternidade e à infância.

A documentação que instrui este Projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 430/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 10.018 de 02 de julho de 1992.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Lei que se pretende revogar, contraria a Lei Complementar n° 56 de 18 de fevereiro de 1991, principalmente em seus artigos 1° e 7°.

A Lei anterior que criou o Município de Marilândia, obedeceu os trâmites legais processuais, bem como atendeu requisitos estabelecidos na Lei Complementar n° 56, já citada.

Consultado através do plebiscito o povo decidiu, outorgando poderes aos seus representantes, nesta Casa de Leis, pela criação do município nos limites e confrontações constantes da Resolução n° 144/90.

Por outro lado, a Lei n° 10.018 de 12 de julho de 1992, contraria o artigo 7° da Lei Complementar n° 56, pois alterou a área territorial no ano de eleição municipal.

É imperativo, e de justiça, que esta Assembléia Legislativa resgate os limites e confrontações originais do município em questão, visto tais considerações arroladas no presente.

Há que se respeitar a vontade popular!

Esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, para a aprovação do presente.

PROJETO DE LEI N° 431/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Hospital Geral do Portão, sediado nesta Capital, passa a denominar-se "Hospital Geral Mauro Senna Goulart".

Art. 2° - O centro cirúrgico do Hospital de que trata o art. 1° desta lei passará a denominar-se "Centro Cirúrgico Albert Sabin".

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Mauro Senna Goulart, nasceu em 14 de junho de 1921, em Lavras, Minas Gerais. Filho de João Maria Senna Goulart, ele jornalista e ela professora. Espírito irrequeto e autodidata, por excelência, foi alfabetizado e cursou o primário e o 2° grau em sua terra natal, trabalhando, desde cedo, com seu pai, no jornal "A República", de propriedade deste, na mesma cidade.

De família de músicos, a leitura e a música eram seus hábitos cotidianos, porém foi o futebol que veio a consagrá-lo em

sua juventude, começando sua carreira em tal esporte aos 15 anos de idade na sua própria cidade. Jogou, posteriormente, em outros clubes de Minas Gerais, seguindo, em 1941, para o Rio de Janeiro, onde veio a integrar a equipe do Vasco da Gama. Em 1943, foi contratado pelo Grêmio Football Portoalegrense. Em 1944, retornou a Belo Horizonte, para jogar no América Mineiro e, ao mesmo tempo, trabalhava no jornal "O Estado de Minas". Em Belo Horizonte, nasceram seus dois filhos, Mauro Daisson e Sérgio Ricardo, aquele formado em Medicina e este, em Engenharia Civil, ambos pela Universidade Federal do Paraná. Posteriormente, foi contratado pelo Clube Atlético Mineiro, time pelo qual foi campeão mineiro e fez diversas excursões pelo Brasil, tendo jogado, inclusive, aqui em Curitiba, onde ficou conhecido no meio esportivo.

Em 1948, quando Jofre Cabral e Silva assumiu a presidência do Clube Atlético Paranaense disposto a montar um poderoso time que ficou conhecido como "O Furacão", Mauro S. Goulart foi contratado e transferiu-se com a família para Curitiba. Aqui veio fixar-se em definitivo, não pelas casualidades da vida, mas, também, por ter sido nomeado funcionário público, trabalhando no Laboratório Geral do Estado, cujo Diretor-Geral (e que posteriormente veio a ser Secretário de Educação e Saúde) era Dr. João Xavier Vianna, catedrático de Microbiologia da Faculdade de Medicina da U.F.P., e que tornou-se para si como que um pai, e, principalmente, pelo fato de ter sido conquistado pelo carinho e amizade do povo paranaense.

No Atlético Paranaense, jogou em 1948 e parte da temporada de 1949, ano em que o "Furacão" foi campeão, tendo jogado ao lado de nomes expressivos do esporte do Paraná, com os quais manteve amizade que se estendeu até o final de suas vidas. Infelizmente, não completou a campanha de 1949 pois neste ano veio contrair tuberculose e foi internado, para tratar-se, no recém-inaugurado Sanatório Médico Cirúrgico do Portão (hoje, Hospital Geral do Portão).

Se o futebol teve importante papel na primeira parte de sua vida, o Sanatório do Portão, como era simples e carinhosamente chamado, um dos mais importantes centros médicos do Brasil, esteve presente à segunda fase de sua vida e até a sua morte.

Internado, logo começou a dar sinais de boa recuperação. Mas, não conseguia permanecer passivo, e como o Sanatório, na época, ainda se constituindo, não tinha quem fizesse exames de laboratório, passou a trabalhar no laboratório, não se afastando assim do seu cargo de funcionário público e tendo o Professor João Xavier Vianna como permanente orientador. Assim, como interno, começou a ocupar o seu tempo

ajudando no tratamento dos outros pacientes, realizando os exames laboratoriais.

Quando obteve alta, foi sugerido que não retornasse a jogar futebol. Deste modo, aquilo que havia sido uma atividade a mais anteriormente, tornou-se profissão e passou a fazer cursos e aperfeiçoamento no Laboratório Geral do Estado e na Cadeira de Microbiologia da Faculdade de Medicina da U.F.P. e depois, também, na Cadeira de Tisiologia, cujo titular era o Dr. João Ernani Bettega.

Desde então, o Sanatório do Portão, hospital que granjeou o respeito da comunidade médica brasileira devido a qualidade dos seus profissionais e o pioneirismo dos seus serviços, passou a ser a sua casa, e isto sem nenhum exagero, pois além de trabalhar no hospital, passou a morar, junto com a família, numa casa nos fundos do mesmo. É que devido a distância e a precariedade da condução do centro ao bairro do Portão, o Estado fornecia casa para funcionários, tal como fazia o Sanatório da Lapa, Hospital Adauto Botelho e São Roque.

Sua vida ficou ligada ao Sanatório do Portão (atual Hospital Geral do Portão), como funcionário, desde 1949 até a sua aposentadoria, em 1986. Além de trabalhar no laboratório, auxiliava nas aulas práticas da Cadeira de Tisiologia, e para tal foi contratado para trabalhar no Núcleo Profilático Prof. Pereira Filho da U.F.P., onde trabalhou até o término do Programa Nacional de Combate à Tuberculose.

Trabalhou, ainda, devido sua experiência anterior, no jornal "O Diário do Paraná", desde a sua fundação, saindo apenas quando foi convidado a trabalhar como técnico em laboratório de microbiologia e análises clínicas no SESI, onde continuou trabalhando após sua aposentadoria como funcionário do Estado.

Aposentadoria não prolongada, pois em 1987, foi diagnosticado doença neoplásica, pela qual veio falecer, em 17 de maio de 1989, sendo cuidado pelos funcionários do Hospital Geral do Portão, seus vizinhos, seus amigos.

Mauro S. Goulart foi tudo no "velho Sanatório do Portão": paciente interno, laboratorista "por lazer", funcionário público trabalhando no laboratório do hospital, aposentado e, novamente, paciente onde veio falecer. No Portão, não apenas seus familiares lembram do seu nome e de sua saga. É um nome lembrado com saudades pelos pioneiros daquele bairro e sempre ligado ao Hospital Geral do Portão ("o velho Sanatório Médico Cirúrgico do Portão"), ao qual emprestou sua modesta contribuição para consolidar sua condição de excelente centro médico e dignificar a condição do funcionário público estadual.

Portanto, nada mais justo e oportuno que render-se uma homenagem póstuma a Mauro Senna Goulart, sugerindo seu nome para denominar aquela instituição de saúde, razão pela qual solicito aos nobres Pares o necessário apoio ao Projeto de Lei em questão.

PROJETO DE LEI N° 432/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde, a realizar gratuitamente para pessoas carentes os Exames HLA ou DNA para Investigação de Paternidade.

Art. 2° - Esses exames serão realizados mediante:

I - requisição do Representante do Ministério Público - no caso previsto no art. 2° § 4° da Lei Federal n° 8560/92 de 29.12.92 - acompanhada da Declaração de Pobreza do interessado.

II - requisição do Juiz de Direito, em processos de Investigação de Paternidade beneficiados pela Justiça gratuita.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

"A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo é crime de lesa-pátria."

Tancredo Neves

O maior patrimônio de uma nação é o seu povo, e o maior patrimônio de um povo é constituído por suas crianças e jovens.

No Brasil, essa consciência floresceu e frutificou quando nossos legisladores, em 1988, no sagrado exercício do dever constituinte garantiram através dos artigos 227, 228, 203 e 204 da Constituição da República Federativa do Brasil, a existência de um novo direito constitucional da criança e do adolescente; o que foi, amplamente, reforçado no Estado do Paraná, através do capítulo especial na nossa Constituição Estadual promulgada em 05.10.89; e, operacionalizado em todo o País através da Lei Federal n° 8.069/90 de 13.07.90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A família - seja a legalmente constituída ou a natural - nessa nova legislação cresceu em importância tendo merecido proteção especial do Estado por se constituir a base da sociedade.

O direito à proteção e ao nome do Pai Biológico (que os filhos ilegítimos tinham que buscar através de uma contenciosa Ação

Judicial de Investigação de Paternidade) foi garantido, independentemente da vontade do suposto pai, pela Lei Federal n° 8560 de 29.12.92 aos filhos havidos fora do casamento.

Com o advento da mencionada Lei, o Oficial do Registro Civil ao lavrar o registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, deve remeter ao Juiz de Direito certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de que seja averiguada oficiosamente a procedência da alegação. Após ouvir a mãe sobre a paternidade alegada o juiz mandará notificar ao suposto pai, independentemente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída no prazo de 30 dias. Se este não atender a notificação judicial ou negar a paternidade, os autos serão remetidos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de Investigação de Paternidade.

Assim, a Ação Judicial de Investigação de Paternidade cresceu em importância e abrangência uma vez que outrora sua iniciativa cabia apenas ao filho interessado ou à sua mãe (esta, apenas, na qualidade de representante legal do filho absolutamente incapaz) e hoje cabe também ao Representante do Ministério Público, nos termos do art. 2° § 4° da Lei Federal n° 8560/92, que preceitua:

"Art. 2° - Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente, a procedência da alegação.

...  
§ 4° - Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade."

Ainda diz o § 5° do mesmo artigo:

"A iniciativa conferida ao Ministério Público não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar investigação, visando obter o pretendido reconhecimento da paternidade."

A investigação é intentada através da Ação de Investigação de Paternidade, onde, após comprovação no curso do processo, é declarada por sentença judicial o reconhecimento da paternidade ilegítima.

Com os progressos da ciência da hereditariedade, a Genética, muito ganhou o mundo jurídico, no que se refere à inves-

tigação de paternidade.

Hoje, já não é o mais correto, o entendimento comum que havia em nossas Faculdades de Direito de que o exame de sangue não determina a paternidade, só exclui.

Pois o advento do Sistema H.L.A. - que são sistemas leucocitários encontrados nas células brancas dos chamados tipos sanguíneos "públicos" (porque podem ser encontrados em quaisquer pessoas) - no âmbito das investigatórias tornou-se uma poderosa luz, em seus escuros caminhos! ... Isso porque seus indicadores, denominados de haplótipos, provaram, pela excelência de seus resultados, poder comprovar probabilidades de paternidade em até 99,97%! Resultados significativos, uma vez que os outros sistemas juntos - ABO/MN/RH - previam resultados em torno de 65%.

Contudo, além das provas de caráter científico, elencam o caderno probante de uma investigação todos os demais gêneros de prova, mas, sempre havia uma fresta, uma ranhura, pela qual algo escapava, e a convocação do julgador não podia ser total!

Não só os juristas com isso se preocupavam, como os próprios cientistas, em descobrir uma forma de eliminar definitivamente a incerteza.

Pensando nisso, Alec Jeffreys, em 1984, na Universidade de Leicester, Inglaterra, resolveu bombardear radioativamente os cromossomos humanos, colorindo as bandas dos mesmos, naquilo que é a própria essência vital do ser humano: a sua identidade biológica e nasceu assim o **Exame da Determinação das Sequências de Aminoácidos Codificados no DNA**, o exame determinativo da identidade biológica do indivíduo.

No Brasil, esse exame chegou em 1989, como prova definitiva da determinação e da exclusão de paternidades. Porque o resultado não se apresenta em percentuais e sim em verificação química. Havendo as coincidências necessárias, está determinada a paternidade; não havendo, está determinada a exclusão. E de forma definitiva!

Simplificadamente falando, tudo se passa nesse exame, segundo ensina o Dr. Fernando Simas Filho, numa comparação de faixas cromossômicas e da determinação da existência ou não dessas faixas nos interessados. Havendo coincidências entre as faixas (bandas) dos cromossomos do autor da ação e sua mãe, restam as que recebeu de sua herança paterna. Aí, faz-se o confronto de tais bandas, com as existentes no cromossomo do investigado. **Havendo coincidência em 18 ou mais de 18 bandas, está determinada a paternidade! E, se não houver coincidências, está determinado que o réu não é o pai do autor!**

Contudo, esses especialíssimos e defi-

nitivos exames - HLA ou DNA - não estão ao alcance de todas as pessoas... somente aquelas privilegiadas pela sua situação econômica podem, hoje, em sendo necessário utilizar-se dos mesmos... Para a grande maioria da nossa população os exames HLA ou DNA são inacessíveis.

Por essa razão, visando garantir a igualdade de condições e acesso a todas as pessoas, em especial às carentes, do direito à proteção e ao nome do Pai Biológico, através da comprovação sanguínea e/ou genética numa ação investigatória, justifica-se a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI N° 433/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção a Maternidade e à Infância de Catanduvas" com sede e foro no Município de Catanduvas.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, cuja documentação, em anexo, preenche os requisitos da lei que regulamenta a matéria.

#### PROJETO DE LEI N° 434/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção e Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro a Rua Maringá no Município de Ampére.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15 de novembro de 1965, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Ampére é mantenedora de uma creche para atendimento de filhos de trabalhadores, Clube de Mães, Grupo de Idosos, e mantém também a Associação dos Trabalhadores Mirins. A APMI de Ampére, tem prestado relevantes serviços a comunidade, no amparo a criança carente, idosos e as mães que necessitam trabalhar para ajudar no sustento do lar, e o Título de Utilidade Pública, ajudará em muito para

que se consiga mais recursos financeiros e em espécies, tanto junto aos órgãos governamentais, como também junto ao comércio e a indústria.

PROJETO DE LEI N° 435/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O memorial descritivo constante do art. 1°, da Lei n° 9.243, de 09 de maio de 1990, que criou o Município de Santa Lúcia, passa a ser o seguinte:

"Ao norte, começa no ponto de encontro das divisas do lote 176 com o lote 178 numa estrada sem nome, segue por esta estrada até alcançar a linha de divisa da Colônia Paz com a Colônia Timbura, seguindo por esta linha de divisa, confrontando com o Município de Lindoeste até alcançar o rio Andrada; a leste, começa no ponto de encontro da divisa da Colônia Paz, com a Colônia Timbura no Rio Andrada, desce por este até a Foz do Córrego São Sebastião; ao sul, começa na Foz do Córrego São Sebastião no Rio Andrada, sobe pelo Córrego São Sebastião até alcançar a divisa do lote 148 com o lote 160 da gleba 11 da Colônia Andrada, segue então pelas divisas dos lotes 137, 138, 143, 145, 142, 141, 197, 194 com os lotes 144, 139, 198, 201 e 202 todos da gleba 11 da Colônia Andrada, alcançando a cabeceira do Córrego Monteirinho, descendo por este até sua Foz no Rio Monteiro; a oeste, começa na Foz do Rio Monteirinho no Rio Monteiro, sobe pelo Rio Monteiro até alcançar a divisa dos lotes 130 com o lote 127 da gleba 13 da Colônia Andrada, segue entre a divisa do lote 130 com o lote 127 e sucessivamente pelas divisas entre os lotes 136 e 84 com os lotes 168 e 86, alcançando o Córrego Espumoso, subindo pelo Córrego Espumoso até alcançar a divisa do lote 75 com o lote 143, segue pela divisa entre lotes e sucessivamente pelas divisas dos lotes 165, 36-A, 39, 40, 45, 173, 198-A e 178 com os lotes 141, 78, 88, 98, 34, 160, 161, 208, 39-B, 178, 225-A e 176, alcançando uma estrada que faz divisa dos lotes 176 e 178 com o lote 174, seguindo por esta estrada até a divisa da Colônia Paz com a Colônia Timbura, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo corrigir as divisas do Município de Santa Lúcia, constantes da Lei n° 9.243/90, de sua criação, cujo memorial descritivo apresenta incorreções que in-

viabilizam o fechamento perimétrico de sua área.

Cabe, ainda, esclarecer que a retificação aqui proposta fundamenta-se em estudos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente sobre as referidas divisas, que resultaram em novo e correto alinhamento das divisas do supracitado Município, cujo memorial descritivo apresentamos ao presente.

Por se tratar de medida legal necessária e indispensável, conto com o devido apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 436/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí-Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Esta associação vem desenvolvendo atividades de atendimento às gestantes e às crianças tanto oriundas destas gestantes como às crianças que vivem nas ruas, sujeitas aos vícios analfabetismo, perversão e a fome.

Para evitar todos estes males existentes na sociedade, a que estão sujeitos os menos favorecidos, é que a associação vem buscando, desde 1955, através de um trabalho filantrópico sério, meios de proteger e assistir estas pessoas carentes. Para isto, desenvolve diversos programas de educação e instrução à maternidade, tais como: assistência médica e alimentar às gestantes, informações sobre higiene e cuidados durante a gravidez e após o parto, e, ainda, presta assistência diretamente à infância, comprovadamente pobre, com tratamento médico, educacional e alimentar, além de atendimento a crianças com deficiências físicas como: deficiências auditivas, visuais, paralisias e doenças mentais.

A uma entidade que desempenha tantas atividades e de tão nobre fim social, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, no ano passado nós tivemos o Carandiru, aonde mais de uma



centena de presos foram assassinados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Há menos de um mês atrás nós tivemos o assassinato de crianças na Candelária e agora na semana passada os índios Ianomamis foram vítimas de um genocídio cometido dizem, por garimpeiros.

Diariamente centenas de pessoas, inocentes, são assassinadas em nosso País, sejam eles índios, mulheres ou crianças. Não tem tido a sua vida respeitada. São considerados objetos descartáveis ou objetos que atrapalham o grande capital a obter mais e mais lucro e por isso não há a mínima consideração humana a ninguém e se mata, assassina-se e os nossos governantes muito pouco fazem para punir esses responsáveis. A morte em nosso País não tem sido somente de uma maneira aguda, de uma maneira agressiva, roubando-a de um dia para outro. A morte ao longo do tempo tem sido lançada sobre a classe trabalhadora em vários momentos, seja ao negar o direito a escola, seja negar o direito à saúde, seja a negação do direito ao conhecimento. Assim tem sido ao longo da história assassinato individualmente o trabalhador ou coletivamente a classe trabalhadora.

Os trabalhadores são vítimas de leis draconianas, são vítimas do desprezo da classe empresarial e dos governantes. Cerca de 90 milhões de brasileiros não sabem ler ou se somam a não ter o primeiro grau completo; são os analfabetos ou semi-analfabetos. De acordo com o IBGE 37 milhões de pessoas são submetidas à fome, à razão da fome não é pela falta de alimentos no nosso País, não é pela falta de grãos; mas sim pela má distribuição. A razão da fome é simplesmente pela falta de emprego, é também pelos baixos salários pagos àqueles que estão empregados. E quando esses, que estão empregados, vão à luta por melhores condições de trabalho e por melhores condições salariais são dilapidados junto a opinião pública, são desrespeitados por quem deveria respeitá-los e recebê-los em negociações e na elaboração de proposta para superar momentos de crise, que são momentos importantes, seja essa crise econômica, seja essa crise política ou seja a crise moral que tem afetado alguns dos nossos governantes.

No Brasil a classe trabalhadora é considerada por muitos ainda como escravos, ou semi-escravos, seus direitos não são respeitados, obrigando-os a trabalharem sábado, domingo, feriados e noite. Isso tem ocorrido em quase todas as áreas de serviço, sendo públicos ou privados, isso tem ocorrido em quase todos os setores dizendo que é para superar a crise econômica que o País vive. Em cima desse discurso

faz o trabalhador um semi-escravo, pagam para eles salários medíocres, pagam para eles salários miseráveis. Algumas pessoas no exercício de mandato coloca um discurso progressista, desde que esse mandato é no Parlamento. Em outros momentos recuam no seu discurso e exercem uma prática draconiana, uma prática autoritária. No Paraná no atual momento vivemos exemplos de duas pessoas nessas condições: o Governador e o Prefeito Rafael Greca. Estou dizendo tudo isso porque necessariamente não precisa se matar como se mata no Carandiru, como se matou na Candelária, ou como foram assassinados os Ianomamis; pode-se matar esperanças, pode-se matar sonhos, pode-se matar a vontade de viver, pode-se matar a busca a uma vida melhor. Isso é feito por muita gente, e esses assassinos são muito pouco lembrados porque os outros nem sequer punidos são, esses provavelmente não são lembrados que estão matando esperança de gente, matando esperança de trabalhadores e mentem através dos meios de comunicação a toda a população, mentem colocando o que não é verdadeiro. Nós estamos aqui para cobrar que o que se fala deve ser feito, e por isso eu trouxe um registro dos Anais da Assembléia Legislativa da quarta-feira, dia 15 de abril de 1992, e um discurso proferido pelo então Deputado Rafael Greca e hoje Prefeito da Capital. Diz ele em dado momento: "Que não venha a pressão da necessidade do funcionalismo público estadual que vive de um arrocho salarial desmedido passar como uma espécie de patrol do rolo compressor em cima dos direitos adquiridos por esta Casa". Os trabalhadores da Prefeitura hoje sofrem justamente aquilo que o então Deputado dizia dessa Tribuna.

Diz ainda em parte de seu discurso: "Que cada um dos funcionários públicos deste Estado, que, de corda no pescoço, não consegue de forma alguma sobreviver com o arrocho salarial, que a desorganização do Poder Estadual já em tempo do governo anterior e nesse ainda, fica insistindo em manter. Nós precisamos, dizia o Deputado Rafael Greca, efetivamente, zerar as perdas salariais do nosso funcionalismo. Eu digo a mesma coisa: nós precisamos zerar ainda as perdas dos servidores do Estado, mas, também, zerar as perdas salariais dos servidores da Prefeitura de Curitiba. Que, em seu décimo terceiro dia de greve, nem sequer foram recebidos pela Administração. São sim, recebidos todos os dias, por uma guarda municipal pretoriana e violenta que não pensa, nenhuma vez, em descer o cassetete, porque ela não pensa, ela obedece!

Nós queremos cobrar que a coerência que se faz e a que se diz tenha coerência,



na prática, o mesmo exercício. Não adianta eu vir aqui registrar nos Anais da Assembleia que eu sou um Deputado progressista, que eu defendo o direito do servidor público e na hora em que eu posso respeitar esses direitos eu os desrespeito. Na hora em que eu posso efetivamente atuar aumentando os direitos da classe trabalhadora ou no mínimo respeitando, eu o deixo de fazer.

Na semana passada nós estivemos na Câmara de Vereadores de Curitiba e lá, naquela Câmara, foi aberta a Sessão e debatida a questão dos servidores públicos. O Vereador Mário Celso designou dois outros vereadores - o Vereador JP - Líder do Prefeito e o Vereador Jorge Miguel Samek para procurarem o Prefeito para intermediar uma negociação. O Prefeito não aceitou essa intermediação designando, para isso, a Comissão de Serviços Públicos da Câmara de Vereadores. Acharmos importante esse tipo de ato, mas esse tipo de ato se vier acompanhado da proposta colocada que a premissa da negociação parte de uma lista de demissões, provavelmente não terá negociação. Esta Casa de Leis na semana passada, teve uma reunião da Bancada do PDT, com dois dirigentes do sindicato - foi importante essa reunião, e gostaríamos que a mesma Bancada intermediasse uma negociação para que se rompesse esse gelo que o Prefeito está impondo ao comando daquele movimento. Deputado Paulo Maia - Líder Sindical dos professores, conviveu com momento semelhante a que está convivendo os servidores da Prefeitura de Curitiba. O Deputado sentiu na pele o que é a teimosia de um governante. E nós gostaríamos de pedir ao Deputado como Líder Sindical, que voltasse novamente a falar com o Prefeito para quebrar esse gelo intermediando uma negociação.

Para nós, servidores da Prefeitura, é importante esse tipo de comportamento. Nós não estamos aqui criticando a Bancada Pedrista, nós estamos aqui, nesta tribuna, criticando o prefeito e pedindo o apoio dessa Bancada que é importante para os servidores do município nesse momento.

**O Sr. Paulo Maia** - Concede-me um aparte?

Eu acho que os clamores de V.Exa. são prudentes e de fato é uma preocupação que nós sempre tivemos nessa luta sindical e nesse momento nada mais justo que se registrar as palavras usadas nessa tribuna, quando, na época, o Prefeito atual de Curitiba era Parlamentar. Acho isso mais do que justo porque nós temos, de fato, que ter uma coerência entre a teoria e a prática. E nós tentamos, naquela oportunidade, na semana passada, intermediar, conseguimos trazer alguns assessores da Prefeitura e a nossa Bancada de fato, está

trabalhando nesse sentido para se encontrar um denominador. Nós estamos procurando todos os meios, temos tido algumas dificuldades, com certeza a nossa Bancada não fechará com qualquer proposta/que primeiro para negociar tem que demitir. E vamos continuar na luta que, com certeza, é a procura da solução. É uma luta do trabalhador. A constituição dá essas garantias de manifestação. Eu acho que, neste momento, nada é mais justo que abrir um espaço - pelo que já pedimos - para se chegar a um entendimento, para se criar uma comissão permanente de negociação, vendo os pontos que são passíveis de entendimento e outros que poderão ser negociados posteriormente.

Nós continuaremos nesta luta com certeza de que encontraremos um denominador.

**O DR. ROSINHA** - Agradeço ao Sr. Deputado Paulo Maia, Líder do PDT. Queremos, Deputado, que isso realmente aconteça e sentimos necessidade, são 13 dias de paralisação dos serviços; mas todos os servidores municipais compareceram na campanha de vacinação, - e, aliás, os meios de comunicação têm informado que foi uma das melhores campanhas, com maior número de pessoas vacinadas, justamente, pelos servidores em greve e que não negaram à população o direito de atendimento. E continuarão não negando este atendimento, este direito. E nós gostaríamos de que essa intervenção de negociação não só se desse no sentido de intermediar para que o prazo de negociação fosse o mais rápido possível, mas no sentido de se evitar qualquer tipo de retaliação, de punição ou de demissão que, porventura, o Prefeito queira fazer.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)** - Horário das Lideranças.

**PDT - (DECLINA)**

Luiz Henrique Bona Turra.

**O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma comunicação: o Ministério das Comunicações, após receber o conjunto de documentos e as preliminares do enfrentamento que fazemos à Companhia de Telecomunicações do Estado do Paraná - Telepar S.A., entendeu por abrir um processo de sindicância para apurar ilícitos e crimes denunciados no âmbito das Telecomunicações do Paraná S.A. Há agora, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em relação às denúncias que pesam contra a direção das Telecomunicações do Paraná, al do processo de sindicância instaurado pelo Ministério das Comunicações, há também in-

querito criminal junto ao 1º Distrito Policial da Capital do Estado e também inquérito civil instaurado pela Procuradoria da República. São três frentes para apurar irregularidades, ilícitos e crimes patrocinados e liderados pelo Diretor Presidente da Telecomunicações do Paraná, Sr. Paulo Roberto Cordeiro.

Amanhã, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reunir-se-á, às 10 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a frente ampla em defesa da Telepar. Inicialmente integrada pelas direções regionais do Partido dos Trabalhadores, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB -, e também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. O núcleo inicial integrado pelo PMDB, PSDB e PT deverá ser ampliado amanhã nesta frente, quando teremos a apreciação de minuta de documento a ser enviada ao Presidente da República como também ao Presidente do Tribunal de Contas da União, ao Ministro das Comunicações e à Procuradoria da República atuante no Paraná.

Quero adiantar ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, já tendo enviado este convite a todos os gabinetes parlamentares desta Casa

Quero adiantar ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que esse documento, aliado a atenções obtidas a partir da deflagração das denúncias e da instalação dessa Frente Ampla em defesa da Telepar, terá efeitos imediatos e antevejo que as possibilidades de o senhor Paulo Cordeiro manter-se à frente da Presidência da Telepar, estão cada vez mais distantes. Tenho a impressão e essa impressão está fundada nos documentos juntados a esta peça que apreciaremos amanhã, tenho a impressão de que se o impedimento do senhor Presidente da Telepar não for declarado administrativamente pelo Presidente da República e pelo Ministro das Comunicações, certamente o impedimento do Diretor Presidente da Telepar será declarado judicialmente e estaremos requerendo ao juízo federal, por meio do Ministério Público Federal, medidas que vão para além do afastamento puro e simples do Diretor Presidente da Telepar.

Quero então, reiterar ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, o convite para a reunião de amanhã, às dez horas no Plenarinho da Assembléia Legislativa e fazendo esta comunicação, quero afirmar que estando instaurados os inquéritos próprios, civil na Procuradoria da República, criminal no primeiro Distrito Policial e o processo de sindicância no Ministério das Comunicações, estão criadas as condições, objetivas para afastar imediatamente da Presidência da Telepar - Telecomunicações do Paraná - o sindicato do crime em que se

converteu e lá se encontra instalada, estão criadas as condições para o afastamento da diretoria da Telepar e que na expressão lúcida e clara do Deputado Brondy Silvério aqui nessa Casa: "é preciso a conformação e a unidade mais ampla das forças políticas desse Estado" para devolver a Telepar ao Paraná e aos paranaenses. Apenas a conformação do clamor público que toma conta já de outras parcelas da sociedade civil organizada, será capaz de fazer deter a máquina de subornos, de corrupção, de ameaças e violências em que se transformou a Diretoria da Telepar. Aqui então a conclamação, aqui a comunicação de nova reunião da Frente Ampla em defesa da Telepar, para que possamos fazer valer os direitos da cidadania e fazer resgatar os interesses do Paraná e da República.

Era a comunicação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PT, e está com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero trazer a esta tribuna o nosso protesto por um fato lamentável que ocorre nestes dias na Região Oeste do Paraná. Alguns órgãos de imprensa, distorcidamente e de má-fé, têm levado ao ar notícias que são realmente de deixar-nos preocupados. Desde 1989 a Fazenda Formiga, num Município em Catanduvas, está ocupada por 140 famílias de lavradores que ocupam esta área e estão lá produzindo muitos grãos e organizando aquela fazenda que estava improdutiva e sem ocupação até 1989. Portanto, já há mais de 3 anos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um movimento organizado, graças a ele podemos dizer que são só 32 milhões de famintos que existem hoje, ou de miseráveis neste País. Só no Paraná mais de 8 mil famílias que provavelmente estariam na periferia das cidades estão produzindo em áreas que estavam abandonadas. O movimento tem uma organização que pelos próprios membros é organizada e aprovada em Assembléia nas suas ocupações, nos seus assentamentos. Justamente para evitar os desvios, porque muitas vezes as famílias que não têm clareza dos que querem, ou da reforma agrária que precisa ser feita, desviam ou tentam desorganizar os movimentos nos assentamentos. O que ocorreu no Oeste do Paraná nesta última semana, Estácio dos Santos, uma das pessoas que estava na ocupação de Ibema, que há muito tempo vinha desrespeitando o regimento interno dos assentamentos, da ocupação, inclusive arrendando a sua parte, o seu lote para terceiros, sendo chamado à atenção pela coordenação do movimento e

do assentamento, fez até ameaças com armas e proibiu a passagem de cinco famílias que tinham acesso à sua roça pela área do mesmo. Após todos estes desentendimentos e desrespeito à organização interna do acampamento, Estácio dos Santos foi expulso do assentamento por uma assembléia geral do mesmo na semana passada. O mesmo, segundo informações das lideranças do movimento, vinha tendo contatos com os fazendeiros da Região e estava sendo o informante dos fazendeiros da UDR lá de dentro do assentamento. Por isto o mesmo, por arrendar suas terras e impedir a passagem de famílias no seu lote, puxar armas e ameaçar pessoas do assentamento, foi expulso por uma assembléia.

Orientando pelos advogados e fazendeiros, pela UDR do Oeste do Paraná, este senhor se dirigiu até a delegacia de Tema na última semana. E aí se caracterizou, mais uma vez, uma perseguição política do Poder Judiciário no Estado do Paraná. O Juiz da Comarca de Catanduvas manda prender uma comissão das lideranças do assentamento. O Juiz, Dr. Peterson, da comarca de Catanduvas, arbitrariamente, prende por uma simples denúncia de ameaça de morte quatro pessoas do assentamento e manda prender mais um na sequência, inclusive um Vereador do nosso partido lá naquele município.

A prisão se deu ilegal porque após o expulso do assentamento ir à delegacia fazer queixa, o delegado da Comarca de Catanduvas mandou intimação aos denunciados. Os mesmos se apresentaram à delegacia e ficaram dando depoimento, enquanto o delegado e mais dez policiais se dirigiram ao assentamento e lá procuraram o companheiro Damasceno, Vereador do nosso Partido naquele município e disseram que precisavam dele na delegacia para ajudar, porque os quatro que estavam lá dando depoimento estavam perdidos, não sabiam o que falar.

O vereador aceitou prontamente o convite para ir à delegacia, após embarcar no carro e caminhar 50 metros recebeu voz de prisão do delegado.

Isto se caracteriza numa armada política que vem mais uma vez perseguir o direito das pessoas e fazer uma trama eleitoral na região Oeste do Paraná. Este juiz que prendeu ilegalmente, simplesmente porque foi uma denúncia de um expulso por descumprir as regras e fazer ameaça no assentamento, porque o movimento não quer, justamente que haja bagunça e que as pessoas façam o que este indivíduo vinha fazendo, ocupar a terra e depois querer arrendar, vender, impedir que as famílias trabalhem dentro da ocupação e este indivíduo foi mentir ao delegado orientado por fazendeiros e advogados da UDR e da região Oeste e, o delegado, simplesmente por isso manda prender, ou o Juiz manda prender ile-

galmente. Não se justifica uma prisão por uma simples denúncia, mas sim, a montagem de um inquérito para ser feito julgamento. Uma simples denúncia justificou para o Dr. Peterson, juiz provavelmente amigo da UDR de Catanduvas, a prisão ilegal de cinco pessoas e, inclusive, de um vereador que tem residência fixa no município, que é pessoa de idoneidade moral, que foi eleito vereador para uma Câmara de Vereadores do Município. O que justifica a este Juiz mandar prender estas pessoas ilegalmente? Nada mais do que uma farsa e uma montagem. Por que o Dr. Cleverson ou o Dr. não sei o quê não mandou prender os dirigentes da UDR que num programa da Rede SBT ele dizia há alguns dias em alto e bom som que os fazendeiros estão preparados, têm seus exércitos particulares, declarado em Rede Nacional ao País inteiro. Por que este Juiz não prende estes fazendeiros?

E por uma simples denúncia de um mentiroso que foi à delegacia o Juiz se dá o direito de mandar prender cinco lideranças e, inclusive, um vereador tendo sido enganado pelo delegado e pelos policiais quando foram ao acampamento.

Isto é prova de mais uma farsa que está sendo montada no Oeste do Paraná e também queria ressaltar a parcialidade da TV Tarobá que já não chega pelo episódio de Campo Bonito foi, inclusive questionamento da Comissão Federal do Ministério da Justiça, questionando a parcialidade da TV Tarobá naquele episódio dos três policiais e do Teixeira.

E mais uma vez eu assisti na TV Tarobá entrevista com os presos e levaram ao ar perguntas deste nível ao vereador do PT, o invés de questionar as causas da prisão.

E eu ouvi o jornalista perguntar na entrevista se o Vereador já foi a Cuba, se pretende ir a Cuba e não fez nenhuma pergunta sobre o episódio da prisão deles e da denúncia que está sendo colocada.

A parcialidade da TV Tarobá, a sacanagem deste Juiz, do Poder Judiciário local e a safadeza da UDR nos mostra que é mais uma farsa montada naquela região Oeste do Estado para denegrir nosso Partido, denegrir o movimento sem-terra e para justificar ações de pistoleiros armados, de exércitos armados, de exércitos armados da UDR do Oeste do Paraná que querem investir quatro, cinco, seis anos produzindo alimentos para o povo do Paraná.

Não se justifica uma prisão desta forma a não ser uma prisão política. E queria dizer que depois da farsa do Teixeira foi o que eu ouvi dito pelo Deputado Ernani Pudell na entrevista na TV Tarobá.

Não se justifica mais uma farsa desta; não se justifica montar uma farsa destas para incriminar nosso Partido e o movimen-

to sem-terra quando um expulso por mau comportamento quer denegrir a imagem da Reforma Agrária e é acolhido pela UDR, por um Juiz que desrespeita a lei e que leva à prisão pessoas, sem nenhum inquérito formado, desrespeitando a lei.

Até quando vai este poder do Poder Judiciário? Realmente, é preciso que se reveja, na Revisão Constitucional, este autoritarismo que o Poder Judiciário, muitas vezes, se arroga, discriminando e impondo-se sobre a Lei, desrespeitando as leis deste País.

Era isso, Senhor Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra, a pedido do Deputado Traiano, a presença do Vereador Rudiberto Bonn, da Cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

A Presidência também solicita atenção especial dos Senhores Líderes de Bancadas Partidárias e do Bloco Independente, para a indicação de membros para a Comissão Especial, para estudos de questões relativas à participação municipal no produto do ICMS. Não indicaram ainda o PP, o PTB e o PFL.

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as mensalidades escolares, falta indicação do PTB e do PDT.

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre invasões agrícolas urbanas, falta a indicação do PDT.

E a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a invasão tributária referente à atividade petrolífera, falta a indicação do PP, PTB e PFL.

Esta Presidência aguarda até amanhã. Se não houver indicações, dentro daquilo que estabelece o Regimento, a Presidência indicará os membros.

Encerrado o Horário do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados do Bloco Parlamentar independente, às referidas Comissões. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 541/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário. **A Diretoria Legisla-**

Curitiba, segunda, em 23.08.93

tiva, para os devidos fins.

Ofício n° 615/93, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa resjustar os vencimentos dos cargos efetivos, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 01 de agosto do corrente mês. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, comunicando que a partir da presente data passa a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, justificando no sentido de que sejam abonadas suas faltas nas Sessões Plenárias dos dias 23, 24, 25 e 26 do corrente mês, em função de convite para solenidades em vários municípios de sua região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projetos de Lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio.

**Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Registramos com satisfação a presença do Presidente da Sociedade Hípica do Paraná Luis Fernando Marcondes Albuquerque.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 029/93 e 036/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**DISCUSSÃO ÚNICA** - Proposição nº 029/93 Veto aposto ao Projeto de Lei nº 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao município de Prudentópolis, conforme especifica. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DTL/SAT nº 120/93

Curitiba, 06 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 098/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 086/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Prudentópolis os bens imóveis que especifica, transcritos sob nº 7.954, às fls. 226, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado da Administração, a qual, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, posicionou-se contrariamente à medida, porque, pela forma como está posta, não atende aos superiores interesses públicos. É que, atualmente, tramitam por órgãos do Poder Executivo os protocolados sob nºs 1.287.778-1 e 1.574.702-1, que se referem à possibilidade de o referido imóvel vir a ser ocupado por repartições estaduais e, também, pelo

fato de a Secretaria da Fazenda ter, recentemente, edificado nova construção, para utilização pelos serviços da Agência de Rendas do Município, dentro da área cuja doação é pretendida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 86/93 encontra-se publicado no D.A. nº 19, de 22.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 029/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto aposto ao Projeto de Lei nº 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Dispõe o plano de lei ora examinado por este relator, autorizar o Poder Executivo a doar um imóvel ao Município de Prudentópolis.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual.

ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

**DISCUSSÃO ÚNICA** - Proposição nº 036/93 Veto aposto ao Projeto de Lei nº 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Requer a doação dos terrenos, pertencentes ao Estado do Paraná, lotes nºs 01 a 08 da quadra A-2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama-Pr. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício/DTL/SAT nº 186/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 154/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 119/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica "concedida a doação dos terrenos pertencentes ao Estado do Paraná, lotes nºs 01 a 08, quadra A-2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama - Paraná".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei

em epígrafe decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração, através de sua Coordenadoria do Patrimônio, segundo as quais entre os terrenos objeto da pretendida doação o Estado fez edificar uma construção com 1.662,82 m., onde estão instaladas a Subdivisão Policial e a CIRETRAN do referido Município de Umuarama.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 119/93, encontra-se publicado no D.A. n° 29, de 07.04.93).

PROJETO DE LEI N° 119/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido a doação dos terrenos, pertencentes ao Estado do Paraná, lotes n°s 01 08, quadra A-2, zona Armazém, para o Município de Umuarama - Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DEZEMBRO", em 29.06.93

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista o Governo do Estado ter iniciado, a construção da Central Municipal de Saúde no Município de Umuarama, e paralisado a mesma por falta de recursos.

Concretizando-se a doação solicitada, o Município compromete-se a dar continuidade a atender o anseio dos munícipes daquela região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL N° 036/93

PROJETO DE LEI N° 119/93

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental, em epígrafe, o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Item número 01 e 02. Discussão Única, proposição 029/92, autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel no Município de Prudentópolis. E proposição 36/93, autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer a doação

dos terrenos pertencentes ao Estado ao Município de Umuarama. São dois Projetos aprovados pela Assembléia e que foram vetados por Sua Excelência, o Governador Roberto Requião. Serão apreciados em blocos. Lembramos aos Srs. Deputados que para a rejeição do veto serão necessários 28 votos com a cédula não. Os Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto votarão sim; os que forem pela rejeição do veto votarão não. O Sr. 1° Secretário, Deputado Basílio Zanusso para a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta e nove Deputados presentes.

Esta Presidência designa Comissão constituída pelos Deputados: Luiz Antonio Setti, Edson Silva Lino e Carlos Simões para a contagem dos votos.

(Pausa).

A Mesa anuncia o resultado da votação.

Quarenta Srs. Deputados votaram.

Um voto em branco.

Dez 10 votos pela rejeição ao veto.

Vinte e nove (29) votos SIM.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os Projetos.

A pedido do Deputado Geraldo Cartário, anunciamos a presença do Sr. Geraldo Carvalho, vice-prefeito de Matinhos, da Dra. Djameles Maria Garrido, vereadora do PT e líder da Bancada do PT, do Sr. Celso Luiz Malucelli, vereador do PMDB, do Sr. Santos Viana, Diretor administrativo da Prefeitura, do vereador João Mendes de Mandirituba e da Fazenda Rio Grande.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 236/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural e Beneficente Martinho Lutero, com sede no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 328/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Físicos de Ubiratã - ADEFIU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 330/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 334/93, de autoria do Deputado Nelson Justus. Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "Pós Mortem", ao Sr. Chain Leib Boiko. Com PARECER FAVORÁVEL da



C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 360/93, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rita D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 363/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná - ATFASP, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 366/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Declara de Utilidade Pública o Instituto Ecoplan. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J... Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 106/92, de autoria do Deputado Paulo Maia. Estabelece critérios para solicitação de autorização para Governador ou Vice Governador se ausentarem do País por 15 dias de viagem ao exterior. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F... Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50/92, de 04.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 106/92.

P A R E C E R:

De cunho extremamente ético, visa o Projeto de Lei n° 106/92, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, estabelecer critérios para solicitação de autorização para Governador e Vice-Governador se ausentarem do País por mais de 15 dias em viagem ao exterior. Cumpre-me na condição de relator do presente plano de Lei, assentar que o mesmo encontra-se amparado do ponto de vista legal, nada obstaculizando a sua normal tramitação nesta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 106/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Paulo Maia, o presente Plano de Lei objetiva estabelecer critérios para a solicitação de autorização para governador ou vice governador se ausentarem do país por mais de 15 dias de viagem ao exterior.

Ao ser analisada a proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável, visto que a mesma se encontra amparada do ponto de vista legal.

Esta Comissão ao examinar a matéria concluiu não existir óbices de qualquer natureza a sua tramitação normal, uma vez que trata de assunto que deve ser objeto de Projeto de Lei, e também por conferir maior clareza para a sociedade no que diz respeito aos gastos do Poder Executivo em viagens internacionais.

Isto posto opinamos favoravelmente à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Isenta de 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades Filantrópicas e de Assistência Social. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F... (Publ. no D.A. n° 56/92, de 11.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 124/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, autoriza isentar em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica as entidades filantrópicas e de assistência social.

A condição autorizatória do referido Projeto de Lei e a competência estadual sobre a determinação das tarifas de água e energia elétrica, aliados aos aspectos de mérito de que trata, determinam que não existam óbices a sua apreciação pelo Plenário da Assembléia Legislativa, sendo favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 124/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, tem por finalidade a aprovação de isenção de 50% (cinquenta por cento) dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades filantrópicas e de assistência social.

Sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça já emitiu seu parecer favorável, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

O DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se voto contrário da Bancada do PT.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 348/92, de autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que define requisitos básicos para a regulamentação do disposto no parágrafo único, do artigo 12, da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 163/92, de 16.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 348/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nelson Justus, objetiva a presente matéria definir os requisitos básicos para a regulamentação do disposto no parágrafo único, do art. 12, da Constituição Estadual.

Analisada sob os ângulos a que esta Comissão é chamada a opinar, não encontramos obstáculos que a impeçam de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 244/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.E. e C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 74, de 08.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 244/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A medida regulamenta o inciso IV do artigo 179 da Constituição Estadual. De acordo com o referido inciso é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado gratuito aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, considerando o elevado alcance social da proposta, emito parecer favorável, opinando pela aprovação do citado Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 244/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A medida proposta recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Educação, Cultura e Esporte.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 244/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei logrou parecer favorável da C.C.J..

Embora a matéria conflite com o inciso IV, do art. 66, da Constituição do Estado, por ser de iniciativa privativa do Executivo, no âmbito desta Comissão, pela relevância do caráter educativo e social da proposta, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 30.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 244/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A matéria foi analisada anteriormente pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou-se favorável à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Saúde, segue o entendimento da Comissão supra-citada, manifestando-se favorável pela normal tramitação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O DR. ROSINHA - Para encaminhar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Gostaria de encaminhar fazendo um apelo ao Deputado Luiz Antonio Setti. Este Projeto, da maneira como está apresentado, é inconstitucional, no entender da Bancada do PT e de nossa assessoria. Seria mais correto que o Deputado analisasse e apresentasse como projeto de lei complementar, como estabelece a Constituição do Estado do Paraná no artigo 179. Seria um apelo para que o Deputado Setti retirasse e estudasse a modificação tornando-o um projeto de lei complementar ao Artigo 179 da Constituição Estadual do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 265/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Dispõe sobre o controle de comercialização de benzina, éter, thinner e clorofórmio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. Emenda da C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 265/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Luiz Antonio Setti apresenta Proposição visando controlar a comercialização de benzina, éter, thinner e clorofórmio.

Convencido da necessidade de fiscalização na compra e venda de produtos tóxicos, principalmente em se tratando de menores, e como não há óbice legal ou constitucional a impedir a normal tramitação, manifesto-me favoravelmente à aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 265/93

P A R E C E R:

Considerando - Que é, evidentemente, matéria de saúde pública a proibição da comercialização de benzina, éter, thinner e clorofórmio a menores de 18 (dezoito) anos, por constituir medida coibitiva da prática de inalação de tais produtos com fins psicotrópicos, evitando assim, lesões graves e irreversíveis às células hepáticas e nervosas das crianças e adolescentes;

Considerando - Que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios zelar sobre questões relativas à saúde pública, consoante dispõe o Art. 23, II, da Constituição Federal;

Considerando - Que também incumbe ao Estado zelar pela infância e adolescência brasileiras, protegendo-as da marginaliza-

ção, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (v. Art. 227, Constituição Federal);

Considerando - Que milhares de crianças comprometem seu futuro, todos os dias, consumindo irregularmente as substâncias tratadas pelo presente Projeto de Lei como psicotrópicos e inúteis parecem ser as ações públicas e privadas para mudar esse quadro;

Considerando - Que a medida em tela visa obstruir o acesso - hoje muito fácil e sem controle - das crianças e jovens a tais substâncias;

Opino FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei n° 265/93 por esta Assembléia Legislativa, não sem antes recomendar sejam procedidas as seguintes alterações:

"Art. 1° - Fica proibida a comercialização de benzina, éter, solventes e clorofórmio para menores de 18 (dezoito) anos."

"Art. 3° - Nas embalagens de benzina, éter, solventes e clorofórmio deverá constar de forma visível a seguinte inscrição: A INALAÇÃO DESTES PRODUTOS PODE CAUSAR A MORTE."

Acredito ser necessário tal modificação para se substituir a expressão "thinner" constante da proposta original para "solventes", uma vez que Thinner é apenas uma marca de solvente dentre tantos comercializados no mercado brasileiro. Solvente atende a classificação química da substância cuja inalação pode provocar efeitos psicotrópicos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

Apoiamento: Luiz Antonio Setti, Costenaro Neto.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 303/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nos estabelecimentos bancários situados em todo o Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 303/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo, nos estabelecimentos bancários situados em todo o Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional,

Legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer opinando pela apreciação em Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.  
Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e o arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e arquivado o Projeto de Lei nº 303/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 312/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 312/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Santo Inácio/PR, terrenos n.ºs 09 com 483 m.<sup>2</sup>, n.º 10 com 455 m.<sup>2</sup>, n.º 11 com 455 m.<sup>2</sup>, n.º 12 com 455 m.<sup>2</sup> e n.º 14 com 455 m.<sup>2</sup>, localizados na Quadra de n.º 10, da Vila Governador Munhoz da Rocha, Município de Santo Inácio, anteriormente doado por aquele Executivo Municipal ao Estado, conforme consta na Certidão de n.º 451/93, transcrita do Livro de n.º 03, com n.º de ordem 347, datado de 15 de maio de 1964, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado/Pr.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior serão utilizados para construção de moradias populares no Município em questão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santo Inácio, em 19 de setembro de 1963, procedeu a doação de terrenos de n.ºs. 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 14 (quatorze), localizados na quadra de n.º 10, da Vila Governador Munhoz da Rocha, daquele Município, ao D.E.R. - Departamento de Estradas e Rodagem/Pr, para que o Órgão Estadual ali

construísse residências para seus servidores.

Devido a acentuado declive no local, o D.E.R. não utilizou os lotes doados pela Prefeitura, nem chegando a efetuar benfeitorias, estando os terrenos nas mesmas condições da data da doação.

Posteriormente o D.E.R. interessou-se por outros terrenos que foram também doados pela Prefeitura Municipal de Santo Inácio ao Estado, e onde foi edificado o atual núcleo do Órgão no Município, além de outras benfeitorias.

Diante do exposto, objetivando a utilização dos terrenos doados inicialmente ao D.E.R. e não utilizados, para a construção de moradias populares que virão beneficiar a população carente do Município, a Prefeitura vem solicitar a doação dos terrenos em questão, haja vista a ociosidade dos mesmos e a grande necessidade que aquele Executivo Municipal tem de atender a demanda de moradias para os mais necessitados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 312/93

Autoria: Deputado Orlando Pessuti

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti, visa autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

Pela justificativa que acompanha o Projeto, verificamos que se trata de uma proposta de relevante mérito e alcance social, uma vez que serão utilizados para a construção de moradias populares.

Dessa forma, em razão de estarem atendidas todas as formalidades legais, constitucionais e regimentais, opinamos favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 312/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

A matéria proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que impeça a normal tramitação do

Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 342/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que fica denominado "Prefeito Doutor Eurico Batista Rosas", o Trevo do Posto Presidente, interseção das Rodovias BR-376 e PR-151, na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 98, de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 342/93

P A R E C E R:

Analisando o Projeto em tela, no âmbito desta Comissão não ocorre qualquer óbice para sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 342/93

P A R E C E R:

Analisando o Projeto, notamos quanto a análise constitucional, regimental legal do referido Projeto em epígrafe que nada temos a opor, quanto a sua normal tramitação dentro desta Augusta Casa de Leis.

O Projeto do nobre Deputado Djalma de Almeida César, vem de encontro, para prestar uma das homenagens mais justas, a pessoa do Dr. Eurico Batista Rosas, que dispensa maiores comentários pois sua conduta na vida pública, foi o verdadeiro elo de austeridade e honestidade, é hoje motivo de profundo orgulho ao povo da Cidade de Ponta Grossa.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.93.

(aa) HEINZ HERWIG - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 343/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a União Imbituvense do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 98, de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 343/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 343/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a União Imbituvense do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Imbituva.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 345/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção a Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Rebouças/Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. n° 98, de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 345/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Rebouças, com sede e foro no Município de Rebouças, Estado do Paraná.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 355/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 02.08.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 355/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Nilton Barbosa, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul o imóvel que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a

materia em condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável opinando pela apreciação da Proposição em tela pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 355/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul, o imóvel que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nada foi encontrado que impeça a tramitação normal do pedido.

Nos termos da competência desta Comissão, ao examinarmos o mérito da proposta, concluímos estar a mesma em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. \ Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 356/93

P A R E C E R:

O referido Projeto de Lei n° 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ao distrito de Pindorama.

Nos estritos termos da competência desta Comissão, inexitem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente.  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 356/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano e Lei objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ao distrito de Pindorama.

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Nos termos da competência desta comissão, inexitem óbices de qualquer natureza à tramitação normal deste Projeto de Lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação desta medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 357/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Município de Vila Alta. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. \ Publ. no D.A. n° 102, de 02.08.93

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 357/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Nilton Barbosa, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça do seu parecer favorável opinando pela apreciação do Plano de Lei em tela pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente.  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 357/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Município de Vila Alta.

Analisada a matéria no seu aspecto legal e constitucional pela douta Comissão de Constituição e Justiça, houve pronun-

ciamento favorável a sua aprovação.

No âmbito desta Comissão, chamada a opinar sobre seu mérito, não encontramos óbices de qualquer natureza à tramitação normal deste Projeto de Lei.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação desta medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 369/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Concede o Título de Cidadania Benemerita "Post-Mortem", do Estado do Paraná, ao Senhor Horácio Amaral. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 369/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei n° 369/93, tem por finalidade conceder o título de Cidadania Benemerita "post-mortem", do Estado do Paraná, ao Senhor Horácio Amaral.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 379/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian. Declara de Utilidade Pública, de acordo com a Lei n° 6.994/78 de 10 de janeiro de 1978, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Ampére. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 105, de 05.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 379/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 379/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Município de Ampére.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 380/93, de autoria do Deputado Ani-

bal Khury. Dá nova redação ao inciso III, do art. 10, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 106, de 09.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 380/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei Complementar n° 380/93, tem por escopo dar nova redação ao inciso III, do art. 10, da Lei Complementar n° 14, com as alterações dadas pelas Leis Complementares n° 19 e n° 69.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 002/93, de autoria do Deputado João Preis. Denomina "Sala Professora Nilce Poli Milani", as dependências onde funciona a Associação Paranaense das Sras. dos Deputados Estaduais. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 01.04.93).

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/93

P A R E C E R:

De lavra do Ilustre Deputado João Preis, objetiva o Projeto de Resolução em tela, denominar "Sala Professora Nilce Poli Milani", o gabinete que sedia a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, nesta Casa.

Entende esta Comissão, que a homenagem se faz justa, em função de a homenageada ter exercido suas atividades nesta Assembléia, durante muitos anos, conquistando a simpatia de todos e tendo, finalmente, prestado serviços junto à APASDE.

Sob os aspectos a que somos levados a opinar, entendemos que a presente proposição encontra-se em condições de tramitar pelo Plenário, merecendo aprovação dos Srs. Deputados, pelo que somos de parecer favorável.

Palácio "XIX DEZEMBRO", em 10.08.93

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa. Requerimento n° 3021, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2992, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento n° 3007, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3006, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3027 e 3026, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3025, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3014, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2982, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2985, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Heinz Herwig, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. À **Comissão Executiva para apreciar.**

Requerimento n° 2998, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2993, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3000 a 3005 e 3048 a 3051, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3009, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2995, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2990, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2991, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2999, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3011, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.).

Requerimento n° 2987, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3023 e 3024, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3031 a 3038, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3039 e 3040, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3045, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3046, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3047, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 2983, 2984 e 3052 a 3055, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3056, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3041, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2966, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 024, 028 e 033/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 106, 124 e 398/92, 244, 265, 312, 342, 343, 345, 355, 356, 357, 369 e 379/93; e dos Projetos de Lei Complementar n°s 348/92 e 380/93, e do Projeto de Resolução n° 002/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 127/92 e dos Projetos de Lei n°s 273 e 294/92, 111, 166 e 276/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, EM SESSÃO DO DIA 27 DE MAIO DE 1993.

"Diretoria da Telepar é  
Sindicato do Crime"

O Deputado Estadual Luiz Henrique Bona Turra (PMDB) rebateu ontem os ataques do presidente da Telepar, Paulo Cordeiro, que o classificou de "meio deputado e meio homem", em entrevista concedida terça-feira e publicada na edição de quarta-feira da Gazeta do Paraná. Segundo Bona Turra, o presidente da Telepar "é um corrupto de

quatro costados" e tem os dias contados à frente da empresa. O Deputado classificou de ridículas as denúncias feitas à sua honrabilidade e afirmou que o processo que moverá contra Cordeiro significará a "ruína pessoal e pública desse ladrão". Para Turra, as denúncias apresentadas por ele na tribuna da Assembléia são indesmentíveis e vão levar Cordeiro e "sua quadrilha" à penitenciária. O governador Roberto Requião confirmou ter encaminhado ao líder do Governo na Câmara dos Deputados, Roberto Freire, o dossiê sobre as falcaturas praticadas na Telepar. Página 3.

Curitiba - O Deputado Luiz Henrique Bona Turra (PMDB) declarou, através de seu gabinete na Assembléia Legislativa, a respeito das injúrias assacadas contra sua pessoa, na edição de quarta-feira da "Gazeta do Paraná" (Cascavel), pelo presidente da Telepar, que Paulo Cordeiro é um corrupto de quatro-costados e tem os dias contados à frente da Telepar.

"As denúncias que fiz da tribuna da Assembléia à opinião pública paranaense estão provadas, são indesmentíveis e vão levar este ladrão e sua quadrilha à penitenciária. Os seus ataques à minha honrabilidade são ridículos e o processo que moverei contra este bandido significará também a sua ruína pessoal, além de sua já declarada ruína pública".

Bona Turra afirmou ainda que "Paulo Cordeiro é a escória do Governo Collor e do esquema Martinez no Paraná. É a expressão mais suja e abominável da direita e de seus torpes métodos.

Como cidadão, tenho o dever de desmontar o sindicato do crime que se instalou no comando da Telepar e nisto vou até as últimas consequências".